

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANNIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder da Oposição Orlando Pessuti
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE FEVEREIRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palma e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449 e 450/99, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

379/99: De autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Abrigo Deus, Cristo e caridade, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.723. **Anote-se - Arquite-se.**

375/99: De autoria do deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Clube do Peão de Rodeio de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.724. **Anote-se - Arquite-se.**

386/99: De autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Departamento de Trânsito - Detran/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.730. **Anote-se - Arquite-se.**

468/99: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Convivência Vó Rosa, com sede e foro no município de Arapoti, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.731. **Anote-se - Arquite-se.**

452/99: De autoria do deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Anibale Ferrarini - Centro Cultural Brasil - Itália, com sede e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.732. **Anote-se - Arquite-se.**

449/99: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Assistência Social - Sobasluz, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.733. **Anote-se - Arquite-se.**

439/99: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Rubens Aparecido Gennaro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.734. **Anote-se - Arquite-se.**

421/99: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cruz Machado, com sede e foro no município de Cruz Machado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.735. **Anote-se - Arquite-se.**

413/99: De autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio estadual Olavo Bilac, com sede e foro no município de Peabiru, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.736. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 031/01, do senhor Gueber Roberto Laux - Superintendente de Negócios, comunicando convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade a difusão de tecnologia em pesca. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 028/01, do senhor Gueber Roberto Laux - Superintendente de Negócios, comunicando convênio celebrado entre a Empresa Paranaense de Assistência

Técnica e Extensão Rural e a Caixa Econômica Federal, que por finalidade a assistência financeira a projetos de infra-estrutura e serviços municipais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 029/01, do senhor Gueber Roberto Laux - Superintendente de Negócios, comunicando convênio celebrado entre a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Caixa Econômica Federal, que por finalidade a assistência técnica e extensão rural em apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 030/01, do senhor Gueber Roberto Laux - Superintendente de Negócios, comunicando convênio celebrado entre a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Caixa Econômica Federal, que por finalidade a implementação de assistência técnica rural. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 015/01, do senhor Raul David do Valle Júnior - Diretor Executivo da UCP, comunicando celebração de convênio entre o MEC/SEMTEC/PROEP e a Secretaria da Educação do Paraná/PR, com o objetivo de implementação do Plano Estadual de Educação Profissional - PEP, no valor de R\$ 391.150,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/112/01, do senhor governador do estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei nº:

090/2000: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe que o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.115. **Anote-se - Arquivase.**

Emenda à Constituição do Estado:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição Estadual, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo Único - O *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro”.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Sérgio Spada, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Edno Guimarães, Divanir Braz Palma, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Nelson Garcia, Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Beraldin, Nelson Tureck, Ademir Bier, Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível que o recesso parlamentar impõem-se como uma necessidade fundamental para o exercício do mandato eletivo, concretizando-se, pois, como atividade complementar dos deputados estaduais, fora da Assembléia Legislativa.

Além de permitir o permanente conhecimento dos problemas estaduais, cada um representa sua área de atuação, o que possibilita aos parlamentares estabelecerem um canal regular de comunicação com as chamadas bases eleitorais e a articulação partidária em nível regional e local.

No entanto, é inegável que o recesso dos parlamentos brasileiros é extremamente longo, sem dúvida desnecessário e por tais razões desgastante.

De fato, a imprensa - grande ou minúscula - tem batido duro nas Casas Legislativas da Unidade Federativa quando o assunto em questão é o recesso parlamentar. Para os veículos de comunicação em geral, recesso é sinônimo de férias e de desocupação.

Reduzir o tempo do recesso parlamentar no Estado do Paraná, dos atuais 90 dias para 60 dias, não só eliminará tais críticas, como trará enormes benefícios à Assembléia Legislativa, sintonizando cada vez mais os deputados estaduais com a sociedade para-naense.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a Preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 005/2001- Mensagem 006/2001, item 14 da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 013/2001 que: revoga a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação das ações da Copel, e dá outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133 do Regimento interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco, das proposições constantes da Ordem do dia da presente sessão ordinária, itens nºs 02,03,04,05 e 06.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) **BASÍLIO ZANUSSO**

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Antonio Martins da Silva, falecido no último dia 18 de fevereiro, no distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) **EDNO GUIMARÃES**

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Mozar Rosa Pereira, falecido no último dia 15 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) **EDNO GUIMARÃES**

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 06/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Goioerê-Adhigo, com sede e foro em Goioerê-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) **NELSON TURECK**

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, tem desenvolvido um trabalho de importância ímpar aos portadores destes males que afligem grande parte da população brasileira. Entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade identificando casos de diabetes e hipertensão, desenvolvendo campanhas preventivas, trabalhando como vital ponto de apoio aos diabéticos deste a orientação e ajuda na dieta alimentar, até a própria distribuição de medicamentos de uso contínuo.

Por esta e inúmeras outras atividades a Adhigo tem se constituído em um fundamental elo de ligação entre pacientes (na maioria carentes), poderes constituídos e comunidade. É portanto de mister importância reconhecer-lhe de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores secretários Divanir Braz Palma e Antonio Anibelli, senhoras deputadas e senhores deputados.

Convém fazer uma preliminar à minha fala, e já peço ao presidente que se por ventura ultrapassar os minutos destinados ao Pequeno Expediente, que me conceda o horário do PT.

Ressalto aqui a importância de observarmos o momento político do Brasil e, particularmente do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná, deputado Alborghetti perdeu o deputado Anibal Khury. O Estado do Paraná tem um governador reeleito pela primeira vez nessa história, que está em franca decadência popular do ponto de vista da opinião pública. Cada dia que passa a sociedade espera dos deputados. É natural em toda a democracia do mundo, que as demandas da sociedade vão aos deputados. O enfoque, a mira das reivindicações muda para a Assembléia Legislativa, não só do ponto de vista das demandas populares, como também com relação às mudanças. A Assembléia está implementando várias mudanças, os senhores puderam perceber, do ponto de vista da Justiça, do Ministério Público e, acho importante nós termos sintonia com esse momento de transformação e transição do Estado do Paraná.

Quem não se aperceber do momento histórico, pode naufragar da sua perspectiva política. Evidentemente, que nós todos estamos pleiteando algum cargo, sobretudo a reeleição como deputado estadual, é perceber isso.

Acho que o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão percebeu esse momento histórico que estamos vivendo e está implementando algumas mudanças, que dá maior transparência para o Parlamento, acerta algum modelo de administrar, gerenciar a Assembléia Legislativa, que hoje não é mais compatível com a legislação, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o novo Orçamento inclusive, com as demandas populares e o apelo popular.

Chamo os deputados para essa reflexão, que já tenho feito com o meu gabinete inclusive, uma avaliação que fiz no último fim de semana, na minha cidade do meu mandato popular. Um momento de transição histórica extremamente delicado.

Tenho percebido que vários deputados aqui têm essa sintonia. Os deputados de Oposição obviamente têm

uma perspectiva já há muito tempo, com relação ao governo. Poderia citar aqui os deputados Algaci Tulio, Moysés Leônidas entre outros, que se aperceberam desse momento de transição histórica. Como nós temos que perceber das mudanças que estão sendo implementadas aqui nesta Assembléia Legislativa.

Mas, o tema principal da minha fala, é sobre a questão da Copel, que não está fora evidentemente, dessa perspectiva histórica.

Ontem, conversava com os jornalistas e nós discutimos sobre vários enfoques o projeto de lei que se implementaria através do deputado Tony Garcia com relação à Copel, o deputado Sérgio Spada, a perspectiva do nosso Líder, Orlando Pessuti, do Líder do PMDB, Nereu Moura, cada um com um enfoque diferenciado com relação à Copel. E atendendo a demanda popular, a Copel e senhores deputados, e nós recebemos ontem trazida a notícia pelo deputado Nereu Moura, que tínhamos já 25 assinaturas, faltando alguns deputados que se propuseram a assinar - mostra claramente a opinião do povo paranaense: seja ele empresário que aposta na globalização e no neoliberalismo, seja ele político lá do PCDB, do partido de esquerda. Essa gama de pensamentos tanto do ponto de vista ideológico e do ponto de vista gerencial e do interesse estratégico do Estado do Paraná, está sendo manifestado contrário...

Peço o Horário da Liderança do PT. Se apercebendo deste momento, estão em sintonia com a opinião pública. O que acontece hoje, senhores deputados, a Copel, ao contrário da afirmação do diretor-presidente Ingo Hubert, a cada mês tem dado mais e mais lucros ao governo do Estado, mesmo com o estrangulamento. Todo mundo sabe que a regra do governo federal, através de um decreto, proíbe que o BNDES, por exemplo, financie investimentos em usina, em rede de transmissão para a Copel.

O BNDES não pode emprestar, agora, para a iniciativa poder tomar empréstimo do BNDES a juros baixíssimos. Uma "mãe" esse BNDES para algumas empresas privadas. Agora para a empresa pública, para colocar na mira da privatização, foi emitido um decreto presidencial que proíbe financiamento à empresa pública. Isso pode mudar daqui há 2 anos quando mudar o governo: seja o governo nosso ou de um outro partido. Pode mudar ou não, enfim, a perspectiva é que ocorra mudança.

Esse problema da vaca louca, a interferência internacional que não está em relação à competência, à qualidade da nossa agropecuária, que não está em voga inclusive demandas com relação à globalização a que estamos inseridos, mostra claramente a forma como nós inserimos no mercado internacional, é uma forma que estamos submissos a inclusive às mentiras e à politicagem internacional que o Canadá fez conosco. Não é uma questão de comércio, não é uma questão de qualidade do nosso gado, e uma questão de qualidade do nosso produto. É uma questão de demanda política, econômica.

Se formos reler os tratados de economia política lá do século XVII, a gente vai perceber que hoje é tão atual quanto. É uma questão de perspectiva de política na economia. Então a Copel está nessa perspectiva, está construindo usina na China - concorrência internacional, com as melhores empresas que produzem energia como aquelas empresas que comandam hoje a distribuição de energia elétrica lá na Califórnia que está tendo uns apagões. A Copel está oferecendo tecnologia para o Estado do Texas/Estados Unidos. Têm técnicos da Copel, como vou citar aqui o Antonio Fonseca - na área ambiental e de deslocamento de população. Está lá nos Estados Unidos dando curso em inglês, é paranaense de Antonina que está lá. Como viajei para o Recife no penúltimo encontro da Unale e do meu lado no avião estava uma pessoa que veio para o Paraná fazer um curso de um software desenvolvido por técnicos paranaenses.

Eles estão no Recife - em Pernambuco, substituindo software que controla a distribuição de energia elétrica, de um software norte-americano trocando por um paranaense e produzido pela Copel.

A usina talhada na serra do Capivari - a primeira engenharia diferenciada em produção de energia elétrica, Copel. O melhor sistema de compactamento de concreto do mundo, tecnologia pioneira, mais barata estrutura de concreto do mundo foi feita na Usina de Salto Caxias - Copel.

Primeira proposta de deslocamento de população quando há impacto sócio-ambiental do alagamento, que é exportado pelo mundo inteiro, como já falei, é da Copel.

Então, a Copel tem um valor estratégico de geração de conhecimento, de tecnologia que não tem condições de medir em valor monetário. Tem um valor estratégico porque temos que considerar que o Paraná tem uma bacia hidrográfica fabulosa que produz energia elétrica para o Brasil inteiro e temos o controle, de certa forma na prática, apesar de a legislação dizer que não temos o controle sobre as nossas bacias, mas na prática nós temos, porque a usina é nossa, a redistribuição é nossa, de transmissão melhor, e de distribuição da parte final.

Então, temos condições de controlar, como o Itamar Franco fez lá em Minas Gerais, quando quiseram privatizar à força a Cemig, ele colocou a Polícia Militar para proteger as suas usinas. E podemos fazê-lo, claro, não com a Polícia Militar, porque seria uma indelicadeza com o resto do Brasil, mas podemos, digamos assim, trucar o governo federal para que pague o ICMS, para que pague o devido valor que merece o povo paranaense tendo a empresa em nossas mãos para fazer esta negociação, essa capacidade para ganhar.

Gostaria de conceder um aparte primeiramente ao deputado Moysés Leônidas, e em seguida ao deputado Tony Garcia.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Irineu Colombo, agradeço o aparte.

Gostaria de dizer a Vossa Excelência que a preocupação com essa questão da Copel, particularmente, vejo da seguinte forma: é uma empresa extremamente lucrativa. E penso também como Vossa Excelência: não é o que ela vale em pecúnia, não é o que ela vale em real, não é o que ela vale em dólar, está aqui o deputado concordando que a pecúnia é importante, mas ela tem um valor estratégico mesmo, até porque somos um Estado que fazemos divisa com três países, alguns desses países sobrevivendo, inclusive, com a nossa energia. Agora, também porque ela é uma empresa extremamente rentável. E vivi essa questão especificamente com a telefonia em Londrina. O Sercomtel foi criado pelo povo de Londrina, em três décadas virou o que virou, uma empresa extremamente rentável, modelo.

De repente, para entrar na onda da modernização, venderam o Sercomtel, porque tem alguns funcionários públicos, desses barnabés de cabeça cá, que acham que quem está fora da privatização, está fora da modernidade. Ouvi hoje de um deputado da base governista dizendo o seguinte: o governo está confundindo o que é roubalheira com o que é modernidade. E lá no Sercomtel vi esta experiência: pegaram o dinheiro, meteram no ralo ou em alguns bancos da Suíça e desapareceu o governo. Quero crer que isso não vai acontecer com a Copel aqui. Quero crer que não! Até porque não vamos deixar vender. Agora, na verdade, tudo o que tínhamos aqui de melhor, nós vendemos.

E vou citar outro exemplo que é a questão da água: há trinta anos atrás também, perfeitamente, há três décadas, tomaram do serviço de saneamento de água de Londrina, o antigo SAS, que era municipal, na “mão grande” a Sanepar roubou o nosso serviço de lá por um prazo de 30 anos, e acharam, na época, que 30 anos não passariam. Tudo bem, passaram-se os 30 anos. Agora o governo vendeu a Copel e não perguntou para o povo de Londrina se queria vender junto, porque o nosso prazo está vencendo agora em 2003. Vai dar uma polêmica jurídica. E vendemos também o que tínhamos de estratégico, que é esse manancial de água que não temos no Paraná, que é invejado pelo mundo inteiro, para os franceses. Daqui a pouco vamos ter que pagar a água para beber, vamos pagar para os franceses, porque eles estão comprando todas as fontes potáveis do mundo, assim como fizeram, por exemplo, com o Estado de Minas Gerais, compraram 70% da água potável de Minas Gerais e compraram a nossa. E se Vossa Excelência, nessa mesma linha sobre a água, assim como a energia, se imaginar que o corpo humano é 70% também de água, venderam o povo de Londrina sem perguntar se ele queria ser vendido.

Então, a minha preocupação é exatamente pelo estratégico. E acho que, embora Vossa Excelência tenha essa sensibilidade, estamos vivendo um momento histórico no Paraná, porque não vi ainda nenhuma categoria no Paraná satisfeita, com promessas feitas e não cumpridas. E o que é pior: tiraram do professor a esperança, pelo menos, da promessa dada.

Segundo: se você anda nas rodovias pedagiadas, que também já não são nossas, estão nas mãos de terceiros, e as outras também, quem está andando está descontente, porque estão mal-conservadas. O agricultor não está bem. O Banestado, que era para ser um banco de fomento, também foi vendido. Então, não se trata nem de ter sensibilidade. É uma questão até de ter “semancol”, porque quem não ouve o povo, está contra a voz de Deus.

Então, quero concordar com Vossa Excelência. Acho que isto é importante, esta discussão, quero aqui, hoje, já que o presidente Hermas Brandão está aqui hoje - ontem não tive a oportunidade de dizer que depositamos uma esperança muito grande na renovação desta Assembleia Legislativa, que seja realmente um Poder ativo, independente e que não fique aqui como auxiliar do governo, sem subestimar, inclusive, a necessidade que o governo tem, mas que seja um Poder que também seja ouvido, porque até agora não vi isso, nestes dois anos como deputado em que estou aqui.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado.

Gostaria de ouvir o deputado Tony Garcia.

O Sr. Tony Garcia

Primeiramente, quero agradecer o aparte do deputado Irineu, e dizer que mesmo partidária e ideologicamente não comunguemos de algumas coisas, neste caso em que o senhor se pronuncia, eu me somo.

Quero dizer a respeito de privatizações. Quando se fez uma conscientização em todo o País, que isto deveria ser necessário. Realmente, era necessário. Havia empresas públicas sucateadas, cabides de emprego, tudo isto. Era comum. Eu, como empresário, entendo que deveria sucatear, modernizar tudo isso. Mas, quando se trata de Copel é algo que não posso deixar de me pronunciar. Encaminhei um projeto a esta casa revogando todas as ações da venda da Copel, por um único motivo: a Copel está na vanguarda das empresas energéticas do país. A Copel é moderna, serve de modelo não só para o País como lá fora.

Neste momento, nós, deputados governistas temos que pensar o seguinte: não a questão de governo, não a questão da Oposição defender ou não a venda de uma empresa. É questão de Estado, de consciência de cada um de nós, neste momento histórico que estamos atravessando, sim, neste momento, o que passa pela nossa cabeça e o que o governo tenta vender, nesta hora? Que a Copel é a salvação da Pátria, que ali vai ter dinheiro para se passar para as prefeituras, cumprir os convênios, isto e aquele outro.

Não é nada disto. Nós não podemos ter, neste momento, um pensamento imediatista. Temos a obrigação, estamos nesta Casa defendendo os interesses do povo do Paraná. Neste momento, numa pesquisa que

abril no meu “site”, dá hoje, ontem era 15 por 1, hoje dá 29 por 1 os que falam “não” à venda da Copel.

Este momento é importante. Eu acho que esta Casa tem a responsabilidade. Não acredito em plebiscito. Nada. É só ouvir a voz da rua. Nós somos os representantes legais. E nós temos, neste momento, a obrigação - histórica - de barrarmos a venda da Copel.

Somo-me ao seu pronunciamento, neste momento é interesse de todos nós paranaenses, e quem deixar esta questão para depois, o bonde da história vai ser perdido. E estas eleições do ano que vem vão deixar muito bem claro quem trabalhou a favor ou contra o Paraná.

Agradeço o aparte.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, querendo encerrar meu pronunciamento e agradecendo a gentileza, em repartir com vários senhores deputados esta sintonia com um momento histórico pelo qual estamos passando. Além das mudanças que a Assembléia Legislativa está implementando, com o apoio de todos os senhores deputados e conduzido pelo presidente, também tem estas questões, como já falamos, da água e da energia elétrica. A esta altura do campeonato, deixou de ser apenas uma preocupação de quem era privatista ou anti-privatista. É uma questão de lógica para o interesse do Estado do Paraná.

Romário Martins, historiador e político paranaense foi quem criou a palavra “paranista”. Parece uma coisa muito simplória, mas nós que somos do Paraná, neste momento que vimos que o Estado de São Paulo nos tirou dinheiro quando regulamentou, através da Emenda Serra, que o ICMS só seria cobrado no final, lá na ponta e não aqui, quem produz energia elétrica, nos tirou o recurso do ICMS da energia elétrica. Não foi interesse paranista o que prevaleceu, o interesse do Estado de São Paulo que hoje na verdade manda no Brasil. Nesta hora também tem que pensar nesta perspectiva, vários paranaenses se englobaram em vários e vários movimentos: pró-Paraná, movimento paranista, movimento isso e aquilo, sempre dando como exemplo a questão do ICMS. Se nós privatizarmos ou entregarmos a Copel, essa causa do ICMS está praticamente entregue às demandas do Estado de São Paulo.

Para finalizar quero convidar os senhores deputados para amanhã pela manhã, no plenarinho, um debate sobre a questão da Copel onde teremos a oportunidade de ouvir vários técnicos, pessoas ligadas à área, tanto com enfoque político como técnico para debater esse assunto com profundidade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para deixar registrado aos deputados Irineu Colombo e Tony Garcia, quando se referiram ao deputado Hermes Brandão. Eu e o deputado Caíto Quintana, assistimos neste Parlamento uma verdade histórica que eu nunca tinha visto nesta Casa, o

deputado Hermas Brandão, com uma postura que lhe é peculiar, disse a um secretário de Estado: “O senhor vai respeitar esse Parlamento, vai respeitar os cinquenta e quatro deputados se o senhor não quiser que parlamento a partir de agora seja inimigo do governo do Paraná”. Eu e o deputado Caíto Quintana assistimos isso. Esse homem que aí preside esse Parlamento está começando nesta Casa uma nova era, sem máscara, não está pintando, tem a cara limpa, começou a ressurgir o novo Parlamento do Estado do Paraná. Em meio hora, deputado, o Palácio explodiu e as soluções foram resolvidas de imediato. Aqui é uma Casa do Povo, lá eu não sei o que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, é lamentável e realmente muito difícil o momento por que passa Foz do Iguaçu, particularmente no setor da segurança pública. Isso tem trazido para Foz do Iguaçu um prejuízo incalculável. Como todo mundo sabe Foz do Iguaçu é uma cidade turística, depende da imagem que a cidade tem no Paraná e no Brasil, e até mesmo no exterior, mas hoje o título que lamentavelmente a cidade ostenta é da cidade mais violenta do Estado do Paraná. Todos os veículos de comunicação do Estado, até mesmo nacional, estampando esse tipo de manchete. Mas os números falam mais alto do que as manchetes porque em apenas quarenta dias, cinquenta e duas mortes violentas aconteceram no município só neste ano.

O mais difícil e o que traz maiores prejuízos ainda para a nossa cidade é quando acontece um homicídio de um turista como aconteceu há poucos dias dentro de um hotel em pleno aposento, onde esse turista, argentino, estava com a sua família. Aliás o maior emissor de turista para a cidade de Foz do Iguaçu, no presente momento, é a Argentina.

A situação da cidade é grave. Não só a população está assaltada e apavorada com o clima de insegurança que estamos vivendo na cidade, como também e, principalmente, o que chamamos de “trade” turístico, os nossos empresários do setor turístico, porque além da violência que o cidadão comum está sofrendo no dia-a-dia, em consequência dos problemas sociais, o caos que vive a cidade também no presente momento, o que seria a nossa melhor e maior matéria-prima, que é o visitante, o turista, que traz dinheiro para a cidade, que gera empregos, paga impostos, está se afastando da cidade em função desse clima de intranquilidade e de insegurança que campeia na nossa cidade.

Tenho feito a minha parte como deputado. tenho sido muito bem atendido, por parte do nosso ex-colega, compreensivo e preocupado secretário de Segurança

Pública, José Tavares. Mas sinto que em determinado momento o secretário se sente impotente, diante da grandeza do problema. E aí a solução extrapola até as forças e os limites da Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná e, naturalmente, recai no Palácio Iguaçu.

Ainda aproveitando a passagem do governador Jaime Lerner na Casa, no início dos trabalhos, aproveitei para passar-lhe às mãos, através do secretário Guaraci, um dossiê, fotocópia, xerox, das matérias publicadas nos jornais, que estampam essa realidade pela qual estou me referindo. Pedi ao governador uma atenção especial.

Ora, há bem pouco tempo atrás, o problema de segurança pública, em Curitiba, também é grave, admitimos a Polícia Militar abriu um concurso específico, para contratar 790 policiais militares, para a capital do Estado do Paraná. E por que e tão somente para a capital, e Foz do Iguaçu não tem um tratamento dessa natureza?

Foz do Iguaçu, senhor presidente, senhores deputados, deveria ter um tratamento até certo ponto privilegiado, por parte do Estado, na área da segurança pública, porque é uma cidade atípica e de fronteira. O problema de segurança na fronteira é sempre mais complicado e mais difícil. Que o digam os deputados que residem e atuam naquela região de fronteira.

Há poucos dias surgiu um movimento na cidade, da sociedade organizada de um modo geral, pedindo a presença física do nosso exército brasileiro nas ruas. Sabemos que pela própria Constituição essa não é a função do exército brasileiro.

Falava com o coronel Galetti, que é o comandante do nosso batalhão e ele explicava: deputado, se colocar o exército na rua, para combater o delinqüente comum, vou estraçalhar esse delinqüente comum. Porque os meus homens são treinados para matar o inimigo. Meus homens são treinados para aniquilar o inimigo. O armamento que usamos é altamente potente, não podendo ser usado em operações de segurança pública comum, até porque eles não são treinados e não têm equipamento para isso.

Vejo o jornal de hoje e vejam bem vocês, senhores parlamentares, nobres colegas, que a situação é a mesma do outro lado da fronteira. O jornal de hoje, do Paraná, traz aqui a notícia: "Exército do Paraguai vai às ruas, do outro lado da fronteira para combater a criminalidade."

O Sr. Algaci Tulio

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Spada, traz Vossa Excelência a esta Casa um assunto por demais importante, que é a situação da cidade turística paranaense, que é Foz do Iguaçu, que, lamentavelmente, passa por um momento de muita criminalidade e violência.

Nós, quando lá estivemos, com a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado pudemos testemunhar toda essa situação. Temos sido, não só aqui nesta Assembléia, mas especialmente nos meios de comunicação, nas entre-

vistas que demos, como presidente da comissão, que não se combate o crime organizado, não se combate o tráfico de drogas, o roubo de cargas, o roubo de veículos apenas combatendo internamente, é necessário a utilização das forças armadas. E eu comentava esta notícia, na semana passada, dizendo que, enquanto o Brasil não toma esta iniciativa, o pessoal do Paraguai já está tomando, como quem diz: Vamos estancar a fronteira do lado de cá para proibir a entrada dos bandidos do lado de lá. Quando talvez a coisa seja, talvez, inversa. Acho que está na hora de haver uma mobilização, a nível de Paraná, a nível de governo federal, estadual também, no sentido de melhorar a situação, sob pena de Foz do Iguaçu, logo, logo, perder o seu grande potencial que é a chegada de turista, porque mata-se argentino, assalta-se paraguaio, assaltam-se brasileiros, achaca-se todo mundo, lamentavelmente, por meio de ação de política ou não de polícia.

Vossa Excelência retrata neste momento a realidade de Foz do Iguaçu que não pode continuar e me somo nessa sua reivindicação.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado, deputado Algaci, Vossa Excelência que conhece, tão bem o problema de segurança do Paraná, conheceu ainda mais, na CPI do narcotráfico, suas palavras só corroboram o que estou dizendo aqui, no presente momento.

Mas, uma das soluções imediatas, para resolver o grave problema de Foz do Iguaçu, de segurança e ajudaria a resolver o problema de Rondon, de Santa Helena, daquela região, seria a implantação do batalhão de fronteira. Até porque a criação do batalhão já foi feita, por aprovação de lei, aqui nessa Assembléia, sancionada pelo governador. É uma reivindicação que depende, tão somente de vontade política do governo, fazer concurso, contratar os homens e instalar o batalhão ali na cidade de Foz do Iguaçu.

Deputado Chico Noroeste, o meu tempo está no fim, mas até que o presidente tolere o nosso diálogo aí, eu concedo o aparte.

O Sr. Chico Noroeste

Obrigado pelo aparte, deputado Sérgio Spada. Realmente o problema de segurança de Foz do Iguaçu vem de mau a pior, e me lembro quando assumimos, aqui na Assembléia legislativa, tanto eu quanto Vossa Excelência e que recebemos das entidades civis organizadas, dos conselhos de segurança várias reivindicações, como por exemplo, o aumento do efetivo da Polícia Civil, da Polícia Militar, a construção do 4º Distrito Policial, a ampliação da cadeia pública de Três Lagoas e também a transferência dos presos já condenados. São reivindicações, entre outras, que nós recebemos e infelizmente temos que lamentar, porque foi feito muito pouco.

Portanto, quero me somar com Vossa Excelência no seu pronunciamento e hoje mesmo, acompanhando este problema de segurança entrei em contato com a

Secretaria de Segurança e o secretário promete comparecer a Foz do Iguaçu, no máximo depois do carnaval. Tenho certeza que nós, tanto eu quanto Vossa Excelência iremos, mais uma vez, entre outras vezes, levar o secretário de Segurança a Foz do Iguaçu para que ele possa ouvir, novamente, outras reivindicações que dizem respeito a segurança da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado pelo aparte, deputado Chico Noroeste. Deputado Takayama, peço escusas porque já extrapolei o tempo.

Muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Esta Assembléia começa a viver realmente um tempo novo. Essa Assembléia muda a sua cara, não apenas no aspecto físico dela com as mudanças, com as melhorias da Casa, que sem dúvida ficaram mais agradáveis. Mas esta Casa também muda o seu comportamento, a posição dos senhores parlamentares, que encontram mais liberdade, mais disposição até, de trazer para as tribunas desta Casa, assuntos dos mais variados, que mexem com o dia-a-dia do povo paranaense.

Eu dizia hoje pela manhã, quando do debate, na audiência pública sobre educação, que a Petrobrás encontrou um culpado pela tragédia do vazamento do óleo, que foi a natureza, a culpa foi da terra se movimentar e provocar o vazamento. Ontem, um grupo de pessoas certamente muito inteligentes, ligadas ao esporte paranaense, se reuniu para debater a questão da violência nos estádios de futebol e encontrou também um bode expiatório, que é o pobre. O pobre é culpado pela violência no campo de futebol. Então, o futebol agora está se elitizando, o pobre que dá as grandes revelações no futebol. Façam um levantamento dos craques hoje de maior renome no esporte brasileiro e perguntem: de onde vieram? Das favelas, da periferia, do interior deste Brasil afora. E o pobre que tinha no futebol, no esporte, o seu momento de lazer, de alegria, agora está proibido de entrar no futebol aqui no Paraná, porque entenderam os inteligentes que estavam ontem nesta reunião, dirigentes de Federação de Clubes, o próprio secretário de Segurança Pública, com todo o respeito ao secretário José Tavares, mas me faz uma afirmação absurda! Até seguro de vida para torcedor está se implantando!

Quer dizer, além de proibir o pobre de entrar em campo de futebol, aumentaram os ingressos para se elitizar o futebol. Quer dizer, o pobre tem que ficar em casa, tem que ficar na favela, tem que ficar na periferia, acompanhando quem tem um rádio, que até televisão para o

pobre está difícil. Então imaginem a que posição chegamos.

Então a Petrobrás encontrou na natureza um bode expiatório. A violência no futebol, encontraram os iluminados, que o pobre é o culpado. A educação que debatemos hoje aqui nesta Casa, a falta da merenda em trinta e tantos município do Paraná, deve ser culpa das crianças que comem demais, e não dos prefeitos que não saldaram as suas dívidas e nem do MEC que, ao invés de punir o prefeito, vai punir a criança que não vai ter a merenda, pelo prefeito não ter cedido a negativa do investimento da merenda escolar. O sucateamento da educação no Paraná, não é culpa de ninguém a não ser do próprio professor, que talvez seja incompetente para administrar as escolas.

Então são coisas absurdas que estão ocorrendo neste Paraná, neste País, porém, não podemos mais aceitar isso calados. Não é possível, e hoje pela manhã, senhor presidente, graças ao entendimento com Vossa Excelência, do deputado Irineu Colombo, e com o próprio deputado Caíto Quintana, ainda na presidência da Assembléia, nós naquele dia 13, quando inaugurávamos essa Casa, havíamos feito entendimentos para que no dia 15 a APP Sindicato entregasse a nós, parlamentares, o documento das suas reivindicações e ao mesmo tempo Vossa Excelência oferecia o Plenarinho da Assembléia, que aqui se realizasse um fórum para debater os problemas pertinentes à educação no Paraná. E foi o que aconteceu hoje. Vossa Excelência abriu na presença de vários parlamentares, que acompanharam, que deram o seu testemunho inclusive, porque educação é uma coisa suprapartidária, educação não é uma defesa do governo, mas é uma defesa da educação da sociedade paranaense.

E pudemos acompanhar hoje, senhor presidente, senhores parlamentares, que não tiveram oportunidade de acompanhar depoimentos impressionantes de professores, de diretores de escolas, de pais, de mães, demonstrando a situação hoje da educação no Paraná.

Quero aqui pedir ao deputado Durval Amaral, que é o nosso líder do governo nesta Casa, que leve ao governador, que não precisa pegar como testemunha as minhas palavras, mas que depois ouça os deputados que acompanharam a sessão de hoje, o fórum, para ver a indignação da classe dos professores, enfim, da comunidade escolar, não é mais possível, pessoalmente nada tenho contra a secretária, mas uma secretária que foi demitida e o governo depois a reconduz ao mesmo cargo, e a secretária baixa resolução, faz uma série de mudanças sem consultar a comunidade escolar, está trazendo o governador Jaime Lerner que sempre teve a sua postura - e testemunho isso como seu vice-prefeito em Curitiba - uma atenção especial à educação. Hoje o governador está pagando um preço caríssimo, ao ponto de hoje pela manhã se exigir e toda Plenária de pé, levantavam as mãos e gritavam pela abertura de uma CPI na educação.

Então, deputado Durval Amaral, se o governador não tomar algumas atitudes, não sou eu que estou dizendo que ele tem que demitir a secretária, acho que ele

tem competência e sabedoria para analisar o quadro que se vive no momento na área da educação, quando se cria uma escola de primeira categoria e escola de segunda, escola que tem mais de 160 alunos e escolas que não tem, quando se desmonta as diretorias de escolas e as secretarias, quando se desmonta a equipe de pedagogos das escolas, provoca todo um desmonte dentro da escola, não é possível se admitir essa barbaridade.

Então, antes que essa Casa, e não sei se vai acabar partindo para isso, muito embora tenhamos aqui um número elevado de CPI's, a coisa está caminhando para uma CPI na área de educação, deputado Durval Amaral, e é preciso que o governador tome uma providência. Sei lá se vai demitir a secretária, sei lá se vamos correr rapidamente aqui nesta Casa para provar ao PCCS aqui que é tanto solicitado pelos professores, e de uma série de reivindicações que se fazem necessárias neste momento. O debate foi muito produtivo, extraordinariamente técnico, muito embora em alguns momentos ele desviasse um pouco na questão política que também não poderia deixar como resistir evidentemente às críticas, mas foi muito técnico, muito prático, muito objetivo, talvez há muito tempo não se via o debate da APP Sindicato de professores, de diretores de escolas com a qualidade, com a grandeza de se colocar à Mesa as informações e a situação real de educação no Paraná.

Faço um apelo ao líder do governo, e por favor se empenhe em passar essas informações ao governo e imediatamente tome algumas providências sob pena de que algumas situações bastante difíceis ao governador do Estado, na área de educação poderão ocorrer aqui na Assembléia.

Concedo aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para contribuir porque não acreditei no que estava ouvindo também pela televisão, esse grupo de estudos da Secretaria de Segurança Pública envolvendo a Prefeitura de Curitiba e o governo do Estado, e os diretores dos clubes, com relação à violência praticada pelas torcidas. Nenhum de nós quer a violência praticada pela torcida, muito menos a depredação de patrimônio público e às vezes, as tragédias que podem acontecer em relação às pessoas que estão assistindo futebol e na saída do término do jogo.

Mas o secretário de Segurança, o nosso ex-deputado José Tavares, interpretando resultado desta comissão, chegou à seguinte conclusão: de que estatisticamente ficou comprovado que toda vez que o preço do ingresso era mais baixo, problemas de segurança aconteciam. Logo, uma das conclusões tiradas foi a de elevar o preço dos ingressos para as torcidas de clubes de futebol, na capital do Estado.

É preciso lembrar que no ano passado, assistindo futebol, porque gosto de futebol, frequentei às vezes o campo de futebol. Mas, acompanhei em Minas Gerais, o Clube Atlético Mineiro fez uma promoção durante o

Campeonato Nacional cobrando 2 reais, o ingresso para a torcida.

Se nós pegarmos os vídeos do que aconteceu em Belo Horizonte, o Estádio do Mineirão estava completamente cheio, era uma verdadeira festa. A torcida, o Atlético Mineiro lotando 90% do estádio. Disputa com o Grêmio, Internacional, Cruzeiro local e, não vimos esse tipo de coisa acontecer.

Então, na hora que este esporte popular, que a maior parte da população é sobretudo de baixa renda, que há mais de 100 anos, sustenta esse patrimônio cultural do Brasil, assistirmos que as autoridades, agora para inibir a violência não tem uma outra alternativa, nem nenhuma outra sugestão, a não ser acrescer o ingresso e aleijando da possibilidade que aquelas pessoas que ganham um ou dois salários mínimos possam assistir a paixão do seu clube praticando o esporte. Acho que é a falência do sistema de segurança, das autoridades.

Vossa Excelência está com razão em abordar esse assunto, acho que o seu discurso deveria ser enviado para essa Comissão que analisou, solicitando aos clubes que mantivessem os ingressos a preços populares, para que exatamente, as camadas mais pobres pudessem ter um momento de lazer na sua vida, de descontração de construção da sua identidade. Porque ao torcer para um time você fortifica um pouco a sua identidade própria. É assim com a maioria das pessoas que vão ao campo de futebol. E uma minoria que faz os atos de vandalismo no término do jogo, seja no Atlético, no Paraná Clube ou no Coritiba.

Por último é uma informação que me veio e que precisa ser confirmada. Quando o Andrigheto estiver aqui na Comissão de Meio Ambiente e o superintendente da Petrobrás também, para prestar alguns esclarecimentos falaram-me, essa informação não posso comprovar, é preciso um estudo técnico, que a Petrobrás já tinha sido alertada que os tubos já estavam com problema de tubulação.

Tanto é assim, que dois meses antes contratou andarilhos para percorrer a tubulação, acompanhar o movimento dos tubos.

O SR. ALGACI TULIO

Relatei isso, ontem, senhor deputado. Ouvi a esposa de um desses andarilhos contratados.

Já havia sido informada a Petrobrás que alguma coisa poderia ocorrer naquela ponto zero.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se isso realmente for verdade, aí é brincadeira o que essa empresa está fazendo com o meio ambiente do nosso Estado.

O SR. ALGACI TULIO

Só para completar - para não dizer que nós estamos aqui falando abobrinha - (**Mostra o jornal**).

Esta aqui a Tribuna do Paraná, o seu Caderno de Esporte.

“CULPA DO POBRE DE NOVO”

Quero cumprimentar os articulistas Josias Lacur, que faz o comentário muito interessante sobre isso, Luiz Augusto Xavier, do Estado do Paraná, que fala, comenta, critica este absurdo da posição tomada por esta comissão.

“De agora em diante, deputado Vanhoni, para você entrar em um campo de futebol vai ter que ir de traje social. Vai ter um garçom lhe aguardando com luvas brancas para lhe servir uísque”.

Esse é o futebol elitizado que estão querendo colocar aqui nos estádios. O nosso garçom não tem luvas, mas possivelmente no campo do Coritiba ou do Atlético vamos encontrar servindo o torcedor elitizado, o privilegiado, do Paraná, que vai poder ver o jogo de futebol.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Algaci Tulio, muitas vezes na Assembleia trata-se de assuntos que na primeira visão não tem a urgência que essa Casa de Lei tem para tantas coisas. Mas é o momento que se vive, o momento que tem que ser comentado. Essa Casa talvez é o instrumento que se tem além da imprensa, para mostrar algumas loucuras, alguns desastres acontecidos em ações. Conversava aqui com o deputado Augustinho Zucchi, não sei se me passou despercebido ou se foi citado por Vossa Excelência, e ouvi um comentário hoje na imprensa de um colega seu de rádio, de que um cidadão que tenha alvará para ter um bar nas proximidades de um campo de futebol, tem o alvará, paga imposto, paga luz, paga empregado, paga tudo, daqui a pouco reúne uma comissão que não tem critério e que não tem autoridade, para desfazer. Porque, afinal de contas, o alvará é uma concessão de exploração pelo serviço público que cobra para isto, e esta comissão, inadvertidamente, resolve que não pode vender bebida nas proximidades do campo. Mas pode vender dentro do campo, porque lá existe concessão com as distribuidoras. Mas fora do campo não é permitido.

Então, este aumento de preço como forma de evitar briga, isto está mais para piada do que para solução. A proibição de venda de bebidas é um constrangimento, uma ilegalidade flagrante que qualquer ação de alguém que esteja habilitado próximo do campo, vai fazer.

O SR. ALGACI TULIO

Quer dizer, é proibido fora mas é permitido dentro!

O Sr. Caíto Quintana

Exato.

O SR. ALGACI TÚLIO

O deputado Custódio recém-vindo da Câmara de Vereadores que deve ter tratado muito da questão de urbanismo e liberação de alvarás, pode depois também usar a tribuna e falar a respeito disso. Porque a prefeitura dá um alvará para o cidadão fazer o seu estabelecimento e

agora uma comissão que não sei qual é a autoridade que ela tem, passa por cima do prefeito da cidade e proíbe.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado, só para lembrar, nessa questão de segurança que tem muito comentário, ouvia ontem no noticiário. Bastou uma revolta no sistema penitenciário de São Paulo e o governo federal anuncia a libertação de 31 milhões de reais para o Estado de São Paulo para poder construir presídios. E o Paraná?

Aí ouço o meu bom amigo José Tavares dando entrevista na televisão, dizendo que aqui não dá para garantir que não aconteça mas que está sob controle. No entanto, todos sabemos que há poucos meses, o sistema penitenciário estava em greve com denúncias, inclusive de uma senhora lá de dentro, de que a fragilidade do nosso sistema penitenciário é impressionante. Ao invés de nós ocuparmos o espaço do que aconteceu em São Paulo para mostrar que existe risco no Paraná, não. Preferimos esse ufanismo de dizer que aqui não tem problema. Pode dar dinheiro para São Paulo porque aqui estamos de olho e estamos cuidando. Acho que essa postura tem que ser mudada.

O SR. ALGACI TULIO

E pior é que temos 10 integrantes do PCC que não é um partido político, mas é um partido de presos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados. Vou ler apenas um relatório da viagem que fizemos esta manhã com o deputado Marcos Isfer e com o deputado Litro, até Morretes, onde fomos recepcionados pelo presidente da Repar- Paraná e conseguimos não apenas um relatório, mas também, algumas coisas que visualizamos pessoalmente no local onde ocorreu o vazamento do oeloduto que publicamente foi mostrado. Foram com certeza mais de 100 mil litros que vazaram e que foram recolhidos mais de 50 mil litros até o momento.

Trago até uma motivação paralela sobre as contratações que foram feitas pela Petrobrás, de especialistas que estão neste momento no litoral do Estado, acompanhando não apenas os caixas que vivem às margens desses rios, mas também que vão ficar permanentemente até que o dano ambiental seja totalmente corrigido e também modificado aquele trecho do oeloduto que oferece ainda perigo.

2. Especialistas de Universidades

deslocados para a Contingência

Professor Doutor	Instituição	Especialidade
Doutor Pedro Scherer Neto- Ornitológico	Museu de História Natural de Curitiba	Especialista em aves
Cassiano Fadel Ribas - Biólogo	Museu de História Natural de Curitiba	Especialista em aves
Prof. Valéria Ruopollo - Veterinária	Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Despetrolização de animais
Rodolfo Pinho da Silva Filho	Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Despetrolização de animais
Doutor Antonio Ostrenski	Universidade Federal do Paraná	Especialista em peixes
Eduardo Carraro- Biólogo	Museu de História Natural de Curitiba	
Prof. Jandyr Travassos	Observatório Nacional	Especialista em Geofísica
Doutor Paulo Sérgio- Engenheiro	Universidade Federal do Paraná	Especialista em Mecânica da Fratura.

E a questão dos investimentos que a Petrobrás fez até o momento dentro do problema que nós estamos enfrentando:

22 caminhões-vácuo, funcionam no recolhimento até dos detritos de óleo, que já foi até notificado; 06 caminhões tanque; 28 caminhonetes, carros pequenos, 03 caminhões de água potável para a distribuição a todos que ainda estão afetados pela poluição dos rios; 04 caminhões munck; 06 ônibus; 08 vans Bestas para o transporte dos contratados que até o momento são 785 contratos pela Petrobrás; 02 retroescavadeiras; 01 patrôla; 02 tratores D6 esteira; 01 D4 esteira; 02 escavadeiras; 03 guindastes; 02 ambulâncias; 03 helicópteros - onde nos deslocamos com 02 helicópteros até o local do vazamento e visualizamos que é um problema também geológico, senhor presidente; 13 embarcações de apoio; 03 skim pac; 10 geradores de energia; 02 barcas; 270 barreiras de contenção; 800 barreiras absorventes.

Até o momento a Petrobrás já tem 95% do recolhimento do óleo já estocado, ainda resta cerca de 5% distribuídos entre as margens e também rios dos afluentes do rio do Meio, principalmente, e na entrada da Baía de Paranaguá.

Mas, o relatório que nos interessa, senhor presidente, é o relatório que vocês, juntamente com a

imprensa, estariam esperando, o que teria sido feito pela Petrobrás até o momento. A Petrobrás investiu talvez os recursos humanos possíveis e passíveis na questão da competência de cada profissional que lá está para tentar conter ainda mais a vazão que nós tínhamos, que poderia ser possível, de mais de 1 milhão de litros, senhor presidente, caso estivesse ligado à tubulação no momento do rompimento da tubulação. A tubulação estava desligada naquele momento que foi apenas do trecho que sai da primeira subida da Serra do Mar até o segundo morro que foi a litragem que estava dentro da tubulação até o momento que teria sido identificada pela Petrobrás.

A Petrobrás está modificando todo o projeto de investimento nessa área do litoral do Estado do Paraná, vai estar com a Assembléia Legislativa - chamo a atenção do deputado Vanhoni - onde o presidente da Petrobrás já abriu até a Petrobrás para o Instituto Ambiental do Paraná, para que sejam utilizadas estas multas em benefício, não apenas da correção de erros que a Petrobrás tenha cometido, mas também em investimentos na área ambiental em nosso Estado e em nossos municípios.

Por isso, venho com este relatório, apresentando à Mesa da Assembléia e que foi muito eficaz nossa ida até o local, aonde o rompimento, como falou o deputado Algaci, tenha sido por culpa da natureza, este problema momentâneo, que foi um deslocamento de mais de trinta mil toneladas de terra que empurrou por cerca de trinta e oito centímetros e rompeu a tubulação, não para o lado, mas afastando as tubulações numa extensão de 92 km, que seria a partir do porto de Paranaguá até Curitiba. Terão que deixar, no mínimo, por 30 a 60 dias esta tubulação.

Por isso, acreditamos que a Petrobrás está atuando no que pode e também recebendo as punições que deve. Mas, acreditamos também que a Assembléia deve se portar de uma maneira mais eficaz, com projetos que a própria Petrobrás aceitará, com toda certeza.

Era isto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria, inicialmente, no dia de hoje, em vista até de que a 1ª Sessão desta Legislatura, ocorrida ontem, matérias de suma importância preencheram o Pequeno e o Grande Expediente, Horário das Lideranças e todas as possibilidades, para que eu fizesse, inicialmente, um agradecimento aos parlamentares desta Casa pelo apoio recebido durante o período em que, mesmo em recesso parlamentar, estivemos no exercício da presidência deste Poder. E foi-nos de grande alegria perceber que esta Casa está profundamente madura, a ponto de entender que a superação das divergências partidárias, de Situação e de

Oposição, só podem contribuir para que a Assembléia Legislativa seja cada vez mais forte.

Em nenhum momento senti, presidente Hermas Brandão, qualquer tipo de constrangimento de deputados da base do governo, pelo fato de estarmos, como deputado da Oposição, assumindo mesmo que temporariamente a presidência desta Casa. Acho que este é o espírito que tem que nos nortear, termos a noção de que a essência da democracia se sintetiza no Parlamento exatamente pela pluralidade partidária, exatamente pela composição desta Casa, exatamente pela possibilidade de que as mais variadas correntes políticas, ideológicas, sociais e regionais aqui se fazem representar. E por isso tudo é que as nossas divergências, necessariamente, têm que acabar no instante em que a defesa do Parlamento e do Poder estejam a falar mais alto.

Neste instante em que agradeço esta compreensão dos companheiros de Casa, dos funcionários da Assembléia, que com o maior espírito profissional serviram à presidência como se ela efetiva fosse, por terem consciência de que o papel que a eles cabe é de apoio a quem estiver num determinado momento, no exercício de uma função executiva.

Então, fica este registro para agradecer. Agradecer, inclusive, a compreensão de muitos que tiveram que fazer serviço dobrado, porque a Assembléia foi abalada com a necessidade da demissão de funcionários celetistas, que não nos cabe, não nos importa a colocação dessas questões nesse momento no plenário, mas são fatos que também caminham para uma modernização e equalização desse Poder.

Num dia, num momento isso teria que ser feito, sob pena de colocar esses próprios funcionários em dificuldades porque no avançado da vida iriam constatar que estavam com uma nomeação sem apoio legal, portanto sem nenhuma possibilidade de aposentadoria ou até mesmo de levantamento de fundo de garantia. Portanto, se essa questão existe, ela tem que ser encarada, e ela foi encarada e o grande desafio fica agora para nova Mesa de encontrar os caminhos para que não tenha solução de continuidade a necessidade que a Assembléia Legislativa tem de ter funcionários capacitados e à altura de prestar apoio aos parlamentares e a esse Poder.

Quero portanto registrar também aos servidores da Casa o meu agradecimento.

Nós também tivemos um momento de conclusão, de reformas físicas da Assembléia, da melhoria da qualidade dos espaços físicos para que a Assembléia possa trabalhar melhor.

Ora, senhor presidente e senhores deputados, a cada um de nós importa que a Assembléia do nosso Estado tenha condições e dependências para poder abrigar aqueles que aqui vêm discutir com os nossos parlamentares os assuntos mais pertinentes do nosso Estado. Lembrem os senhores, lembra a imprensa que às vezes de alguns veículos ouvimos a colocação que a Assembléia estava gastando. A Assembléia teve um incêndio no seu

prédio originário há muitos anos, e estava desde então tendo uma reforma lenta, e tornou-se necessário para poder abrigar inclusive esse Poder que se concluisse essa reforma com brevidade durante o período de recesso, o que não atrapalharia os serviços da Casa.

Mas cabe agora, deputado Valdir Rossoni, deputado Hermas Brandão, deputado Antonio Anibelli, que compõem a Executiva desta Casa, cabe a continuidade de processos que vão exatamente preencher os espaços físicos que foram construídos, como por exemplo a implantação imediata deste canal com a Interlegis que possibilite à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ter a qualquer instante, numa sala de teleconferência, possibilidade de discutir com outras Assembléias, com outras entidades, com o Congresso Nacional, com qualquer repartição os assuntos pertinentes ao momento que nós estamos vivendo, ao aperfeiçoamento dos nossos funcionários, à criação de um plano de cargos e salários. Tudo isso é a continuidade deste período que vivemos inicialmente da reforma física, que tenho certeza que na sequência, na reforma administrativa e na possibilidade de melhoramento das condições dos nossos funcionários.

Mais do que isso, gostaria também nesse dia, deputado Hermas Brandão de desejar a Vossa Excelência, aos deputados Valdir Rossoni, Antonio Anibelli e aos demais componentes da Mesa Diretiva, força e postura para que possamos efetivamente dar um novo rumo à condução dos trabalhos desta Casa, que possamos respeitar as comissões, os companheiros, a existência da CCJ. Comissão de Constituição e Justiça por exemplo, ela só tem uma razão de ser, é a análise de um projeto. Ora, no instante que um projeto na CCJ é constatado que é inconstitucional uma casa que é de Leis, deputado Anibelli, não pode votar um projeto que é reconhecidamente inconstitucional, porque essa Casa está se diminuindo ao fazer isso. Ora, se é inconstitucional não pode ser aprovado, porque se for aprovado cabe uma ação de inconstitucionalidade e isso é um atestado de falta de conhecimento do processo legislativo passado a cada um de nós. Quando vai à Comissão de Educação, quando vai à Comissão de Segurança, quando vai à Comissão de Transportes, o que nós temos que avaliar é a qualidade do projeto, a possibilidade de que a lei possa ser efetivamente posta em prática, nós temos que saber de onde saem os recursos, a praticidade que ela tenha, sob pena de estarmos contribuindo com o que acontece no País, talvez seja o Brasil o país com a maior quantidade de leis, e seja também o país com a maior quantidade de leis que não são respeitadas e nem chegam a ser postas em prática. Creio que nos cabe também como parlamentares, essa tarefa. na hora de os líderes indicados e os componentes de cada comissão, que está sendo feita agora, indiquem pela aptidão do deputado, pelo seu conhecimento pelo assunto que ele irá tratar: se é com a agricultura, pecuária, transporte, educação, saúde ou segurança, e não pela vontade pessoal de participar dessa ou daquela comissão,

quando muitas e muitas vezes a sua qualificação é maior para outro setor.

Se é o momento de modernizar, vamos modernizar e melhorar a Assembléia, abrindo esta Casa, como hoje de manhã foi aberta, para um fórum de discussão dos problemas educacionais, com os nossos professores, sem medo de sermos Situação ou Oposição. Afinal de contas, esta Casa pertence à população do nosso Estado.

Vamos fazer como será feito amanhã, abrir para com a sociedade a discussão do problema Copel, independente de partido político, trazendo técnicos, pessoas que possam nos orientar.

Estamos aqui em 54, representando mais de seis milhões que não têm vez, que não podem falar e que não podem votar, mas que votaram nos seus representantes. Portanto, não podemos ser movidos pela Situação ou pela Oposição. Temos que ser movidos por um interesse maior.

Até onde, por exemplo, vender a Copel vai ajudar o Paraná? Nos prove a base do interesse do governo que é importante vender a Copel! Mas ouçam também os parlamentares e quando falo parlamentares é apenas pela citação de que em última instância, em nome do Paraná e neste Plenário são 54 pessoas, que vão votar a possibilidade ou não de vender a Copel.

Quero apenas como contribuição, em um estudo que pretendo amanhã estar com ele já corrigido, me permitir ler aqui para abordagem dos companheiros. Uma das colocações que são feitas sistematicamente pelo governo, ao referir-se à venda da Copel, dizendo que, embora seja uma empresa capaz, competente e lucrativa é uma empresa que não poderá concorrer até 2.006, com a iniciativa privada, quando a desregulamentação será feita de todo o sistema energético.

Deputado Basílio, quero ler apenas uma página desse estudo, para que possamos entender como funciona o capital.

(Lê):

“Após a grande depressão econômica dos Estados Unidos em 1929, quando legiões de trabalhadores eram lançados ao desemprego, culminando com o estouro da Bolsa de Nova York, o presidente Franklin Delano Roosevelt criou uma empresa pública no Vale do Tennessee (Tennessee Valley Authority), uma estatal que administra o rio Missisipi hoje pontilhado de hidrelétricas.

Esta empresa que permanece até hoje sob controle público, depois de tantos governos republicanos e democratas, não só explora energia elétrica (geração, transmissão e distribuição como faz a copel), mas também o turismo, a hotelaria, esportes náuticos, navegação fluvial. Na sua área de influência os Estados Unidos se tornaram grandes produtores de soja, porque energia elétrica é um insumo que serve para tudo.

Em contrapartida, onde se implantou a chamada desregulamentação dos serviços, criou-se uma situação verdadeiramente caótica. Como bem lembrou recentemente o jornalista Ivan Schmidt no jornal O Estado do

Paraná, “os luminares da administração estadual não se dão conta de que acontece além de Quatro Barras”.

Notícias da Califórnia revelam que o seu complexo plano de desregulamentação se tornou inepto e que o fornecimento de energia entrou em colapso e quem afirma isso é o The Wall Street Journal.

A Califórnia que é a sexta economia do Planeta e o Estado responsável pela metade do PIB dos Estados Unidos sofre hoje uma crise sem precedente nos serviços de energia elétrica, assim como outros estados americanos incluindo Colorado, Idaho, Oregon e Washington, a sede da Casa Branca.

Ali, segundo o Wall Street Journal, a desregulamentação do setor elétrico virou um saco de gatos e as concessionárias privadas estão pedindo socorro ao governo do Estado, para que se utilize de recursos públicos, comprem energia de outras fontes para evitar o colapso total do sistema.

O governador da Califórnia, Gray Davis, tem afirmado que não vai usar dinheiro público para socorrer empresas que pertencerem a investidores privados, a energia que comprem sobe, enquanto as tarifas estão congeladas, graças a um teto que elas próprias apoiaram um dia”. O que esta matéria está dizendo? Onde tem energia elétrica pública, geração e transmissão, nos Estados Unidos, o Estado produz, desde grãos até concentração industrial, porque a energia elétrica é o maior fomento que podemos ter para o desenvolvimento de um País.

Onde se privatizou, esse termo desregulamentação é um termo bonito para falar privatização; o que está acontecendo? O que sempre aconteceu quando a iniciativa privada assume o controle de bens públicos necessários ao cidadão, se começa a ter colapso de energia, se começa a ter apagões, a empresa particular começa a pedir dinheiro público, sob ameaça de não fazer novos investimentos, pondo o serviço público de joelhos, tendo que colocar recursos públicos para evitar que a não geração de energia suficiente faça com que haja estagnação do progresso de uma nação.

Então esses fatos que são citados nos Paraná que temos que vender o setor elétrico porque não poderemos competir com a iniciativa privada, isso é de uma impropriedade que não suporta um debate primário, se a Copel é hoje, entre todas as empresas do sistema de eletrificação, a mais rentável e é pública. Os pequenos casos que temos de iniciativa privada tocando energia elétrica, são deficitários. A Light é deficitária no Rio e está gerando apagões no Rio exatamente por falta de investimento no setor de energia elétrica!

O Paraná é rico em energia, dentro de poucos anos quando uma empresa vier se instalar num Estado, nessa guerra fiscal estúpida que está por aqui, um Estado dizer que fornece isenção tributária, dilação de prazo, o Paraná oferece, São Paulo oferece, Piauí oferece. Se disser que vai dar asfaltamento ou a construção de barracões, qualquer Estado da Federação vai poder fazê-lo. Quero saber quem é que vai poder garantir energia elétrica? Quem é

que vai poder, num sistema de produção, cada vez mais tecnicamente desenvolvido, aonde a própria queda do sistema de energia elétrica pode comprometer equipamentos caríssimos, quem pode oferecer? O Paraná pode! O Paraná tem essa riqueza que Deus nos deu, 380 saltos para gerar energia elétrica, a mais barata e a menos poluente do mundo.

E estamos querendo, a título de salvar os cofres do governo, que, por incompetência ou irresponsabilidade não suporta mais as cargas que tem a pagar, vender a única coisa que o Paraná tem hoje, exatamente um sistema complexo de geração e distribuição de energia que é reconhecido no Brasil inteiro. Estes dados nos cabem, como paranaenses, resgatar, porque no futuro será o grande instrumento de valorização do Estado, a primeira coisa que vai ser procurada por alguém que queira se estabelecer num Estado ou num País é que qualidade, que condições se tem a de oferecer energia e água. Foi-se o tempo das riquezas minerais, hoje o desafio do mundo, tanto que se prega já na imprensa, os navios que trazem petróleo possivelmente levem água potável de volta, pois essa é uma das grandes riquezas que os países e a humanidade passam a ter necessidade, e vamos fazer o quê? Vamos vender isso! Já vendemos a Sanepar que está hoje muito pior administrada do que quando estava sob o serviço público.

Já vendemos esse País, a Telepar, que só deu lucro para a empresa porque tornou caótico o sistema e vamos vender a Copel, geradora de energia que não pertence ao governo do Paraná. Energia não é gerada porque uma força construída por um governante possa fazê-lo, energia, meus prezados deputados, é produzida pela água, e lhes pergunto: quem tem o direito de vender os rios? Quando a Copel está vendendo o rio, quando tiver um problema de seca e tivermos que manter os reservatórios das hidrelétricas em condições de geração, pouco importa para a iniciativa privada se faltar água para baixo ou para cima da represa, porque ela está usando um instrumento que lhe dá geração de energia elétrica, o dinheiro e o lucro. O bem social desaparece. Estamos vendendo com a Copel, o rio? Eu lhes pergunto. Estamos vendendo com a Copel dois milhões e oitocentos mil consumidores, pessoas que estão interligadas ao sistema, que estão gastando a cada minuto na estatal, a luz que está a iluminar esse plenário está sendo gerada nesse instante, está sendo consumida, somam um desses dois milhões e oitocentos mil fornecedores, quanto isso custa? Quanto custa essa possibilidade constante de se produzir e vender imediatamente, capitalizando o Estado?

Nos governos, e eu só me refiro a eles porque a eles pertenci, entre os governos Richa, Álvaro e Requião, 300 mil ligações só de Click Rural foram feitas no Paraná, trocando por milho, transformando a moeda em milho, levando energia nas barrancas dos rios, porque isso a Copel pode fazer, porque é pública, porque se por uma porta ela está subsidiando, pela outra porta ela está gerando venda de equipamentos, ela está entrando ICMS

pela geladeira que chega na casa que não tinha luz e tem, ela volta, retorna ICMS, IPI na produção do insumo agrícola, da máquina agrícola, da televisão, do congelador que vai para a casa daquele que passa a consumir. Só por isso o Estado pode fazer.

Me pergunto muitas vezes, no nosso Sudoeste, deputado Augustinho Zucchi, qual é a empresa particular que faria 4, 5 Km de posteamento para levar energia elétrica para 5, 6 casas de agricultor como foi feito? Somente uma empresa estatal, empresário particular jamais faria isso, porque não estaria investindo dinheiro seu para não ter custo-benefício.

Estas questões têm que ser avaliadas por este Parlamento no momento que vai votar um projeto que é de todos nós, de revogação dessa autorização feita num determinado momento da vida desse Parlamento, aliás, é uma questão discutível até, de forma autorizatória, num projeto de lei autorizatório de um deputado que nós aprovamos. Se não restar nenhum outro cartucho, vamos na justiça brigar até onde pode um projeto autorizatório do Parlamento permitir que o governo venda, pela autorização concedida apenas por projeto de iniciativa de um deputado, o patrimônio maior que o nosso Estado do Paraná tem.

Acho que estas questões deverão ser levantadas e discutidas amanhã. Acho que deverão ser discutidas neste semestre. Este Parlamento, esta Assembléia Legislativa vale por esse mandato, se ela for consciente para juntar Oposição e Situação e dizer o seguinte:

A Copel é nossa, os governos passam, façam o jogo político que quiserem, mas não comprometam aquilo que não é de nenhum partido, nenhum governante. É a expectativa e a esperança do nosso Estado do Paraná. É a certeza da possibilidade de jogarmos privilegiadamente com relação aos outros Estados da Federação.

Quando num futuro bem próximo, aí o temporal, nós tivermos a possibilidade de dizer para qualquer empreendimento: - vem para o Paraná que nós temos água e energia para fornecer para vocês, coisas que ninguém mais tem nesse País, visto que em nosso Estado do Paraná tem 38% de toda energia elétrica gerada no nosso País.

O Sr. Sérgio Spada

Deputado Caíto Quintana, estou prestando atenção no seu pronunciamento muito rico, bem embasado e naturalmente concordo com Vossa Excelência, quando diz que um dos argumentos mais utilizados pelo governo para vender a Copel é que no futuro próximo a empresa seria deficitária, não teria condições de competir com a iniciativa privada, até porque viriam as privatizações por aí e assim por diante.

Em primeiro lugar, acho que a eficiência administrativa não é um privilégio da iniciativa privada. Pode haver, existir empresas públicas, muito bem administradas e a Copel é um exemplo disso. Pode competir de

igual para igual, até com mais eficiência que uma empresa administrada por uma iniciativa privada.

Em segundo lugar: um assunto importante, é que a energia elétrica gerada no potencial hidráulico, da água, além de ser uma energia limpa, é energia que tem um potencial a ser explorado, limitado.

A Copel já explorou os bons saltos que tinham disponíveis no Estado do Paraná, particularmente no rio Iguaçu e não há outro espaço para construir usinas, barragens como estas construídas pela Copel.

Aliás, a Copel que gera a sua própria energia, tem energia inclusive para vender em excedentes, tem toda uma rede de distribuição de energia em todo o Estado do Paraná.

É uma empresa que além da geração e distribuição de energia está atuando em outros setores muito lucrativos. É o caso da informática, da telefonia celular.

Não há o risco, em hipótese alguma, de em algum momento a Copel quebrar, falir, porque não vai conseguir concorrer, competir, a iniciativa privada.

Aliás eu faço um programa de rádio lá na minha cidade de Foz do Iguaçu, todo dia. Um programa popular, como faz o deputado Algaci e outros deputados aqui em Curitiba.

É abrir o telefone para ver o povo se lamuriar, se lamentar com o que está acontecendo particularmente com relação à Sanepar.

A Sanepar, hoje, além de cortar o fornecimento de água para o usuário, cobra para cortar o fornecimento de água para o usuário. Como se o sujeito estivesse pedindo para ir cortar a rede de água dele.

Cobra quase 5 reais, para colocar o que eles chamam lá de anel, que é um lacrezinho de plástico. Depois cobra para tirar o lacrezinho de plástico. Cobra 80% do valor da água, como taxa de coleta e tratamento de esgoto.

Virou um assalto, principalmente às pessoas de baixa renda que estão sobrecarregadas com a carga de taxas e impostos, pedágios que estão pagando em todo o Brasil, e não é diferente aqui no Estado do Paraná.

Deputado Caíto Quintana, o exemplo Sanepar, é um exemplo para ser colocado também para estabelecer um paralelo entre o que é um serviço prestado e os preços dos serviços prestados pela Copel e pela Sanepar. Nós vamos chegar à conclusão que privatizar piora, em última instância.

O SR. CAÍTO QUINTANA

A Copel tem parceria de participação de 45% na comercialização de energia com a Trader; na Compagás, com 41%; na Sercomtel Telecom, 45%; na Sercomtel Celular, com 45%; na CNI ONDA com 24%; na Araucária, com 20%, Campos Novos, 15%, Foz do Chopim, 35%; e assim vai. E entretanto, inclusive, como Vossa Excelência falou, nas usinas eólicas e também na telefonia. Um processo moderno. Estamos gerando, hoje, 5786 megawatts de energia na Copel. Só energia. Em 18 usinas. Estamos

hoje com 98% das cidades cobertas de energia, pela Copel. Estamos com 85% do campo coberto com luz elétrica, pela Copel. Este é um dos índices mais altos do mundo, deputado Beraldin, graças à eficiência de uma empresa. Uma empresa que vamos vender por um preço absolutamente irrisório, levando em consideração inclusive os custos de construção da energia, sem considerarmos que estamos vendendo um produto da natureza que é permanente. E estamos vendendo junto toda essa rede de consumo e o benefício é do nosso Estado do Paraná.

Nós não temos esse direito, não podemos vender a Copel.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Caíto, não querendo entrar no mérito da discussão neste momento, pelo menos, mas até para lhe passar uma informação e a todos os membros deste Parlamento. As coisas não vêm acontecendo exatamente como Vossa Excelência relatou nesse momento. Na minha região e eu, particularmente, tive a oportunidade de constatar, se um pequeno produtor rural hoje solicitar uma ligação na sua propriedade, os escritórios regionais e particularmente posso falar do de Guarapuava, têm dito o seguinte: que a Copel não tem feito ligações no momento, que existe um programa e se você quiser se habilitar no programa, pelo menos você teria que esperar entre 2 e 3 anos para conseguir a ligação. Ou você teria que contratar uma empresa privada para executar esse serviço. Para que Vossa Excelência tenha uma idéia, um serviço que era em torno de 1200m, 1300m de ligação em uma pequena propriedade, que era cobrado em torno de 1200 até 1600 reais, essas empresas estão cobrando em torno de 10 mil reais, ou seja, 5 vezes mais, e o que é pior, o proprietário não tem outra alternativa a não ser cair na mão de uma dessas empresas, porque somente eles aceitam o serviço com empresas habilitadas

Logicamente que nos municípios-pólos de região, normalmente temos aí duas ou três empresas habilitadas que fazem o jogo entre elas praticamente com preço padrão: 5 ou 6 vezes a mais do que era cobrado. Infelizmente é o que está ocorrendo hoje com a Copel, independente de ela estar privatizada ou não.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pois é, mas essa sua denúncia é grave, porque demonstra a forma como hoje se administra o Paraná, deputado Cezar Silvestri. Porque, indiscutivelmente, se a Copel está aí e ela é eficiente e todos sabemos que é, se ela foi capaz de fazer toda essa cobertura de sistema elétrico tanto na cidade quanto no interior, de um momento para outro na sua cidade alguém que pede para fazer uma ligação da Copel, o escritório da Copel diz: eu não posso fazer. Mas, tem aí ao lado três firmas que podem fazer e antecipar para você, só que elas cobram 5, 6 vezes mais. Acho que isso não é deficiência da nossa empresa, é exatamente a maculação do sistema administrativo do Estado

do Paraná, talvez a própria tentativa de mostrar ineficiência para que a Copel possa ser vendida. De dentro da própria empresa, eu tenho ouvido de pessoas que defendem a permanência da Copel um argumento totalmente contrário ao do governo, deputado Algaci, é o seguinte: que a Copel não vai suportar a concorrência com a empresa privada, pelo contrário, dizem pessoas responsáveis, a Copel, hoje assusta, porque ela está funcionando como um elemento limitador de tarifa. Se uma empresa pública pode vender a "X" o quilowatt, por que uma privada tem que vender em dobro? Então, tem que se eliminar essa empresa que é eficiente, porque com a eliminação dessa empresa eficiente você pode calcular tarifas mais altas. E aí sim, deputado Silvestri, colocar isso goela abaixo da população. Quer? Quer. Não quer, não leva, porque para ela só terá o objetivo do lucro na venda da energia enquanto que para o Estado, para a empresa pública o progresso é retorno para o caixa. Em determinadas circunstâncias se você levar a energia e gastar pelo Tesouro numa porta, está entrando pela produção na outra, pelo ICMS gerado, pelo emprego gerado, pelo IPI gerado. E a empresa particular só tem a sentir custo-benefício, não vai colocar um poste para ligar apenas uma casa. Esse é o risco que nós estamos atravessando.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Caíto Quintana, eu gostaria de dizer que se hoje o cidadão que mora lá na ponta, o pequeno lavrador não tem uma iluminação pública, uma iluminação da sua casa, imaginem que hoje a Copel, que é um órgão de governo que tem o lado social, também já não tem tanto, mas tem o lado social, imaginem na mão de quem visa lucro! Não vai chegar nunca esse poste lá na frente da área desse trabalhador rural.

Outro testemunho também é o seguinte: no litoral do Paraná, por exemplo, nós não temos canais abertos de televisão, não tem NET, não tem TVA. Por quê? Porque lá só tem o interesse na TVA, na NET, em época de temporada. Então, não dá lucro para os canais abertos. Então, não temos, só temos canais comuns de televisão. Isso é uma demonstração de que onde não tem lucro não há condições de fazer investimentos esperando o lucro vir depois.

Esta é uma posição que esta Casa tem que analisar com profundidade e é isso que faz esta Casa crescer... são os debates. É o debate que traz Vossa Excelência agora à tribuna pela sua experiência, é o debate que vamos ter amanhã, depois de amanhã, o próprio governo também promove um debate para mostrar a sua contra-razão. É o contrário que faz este plenário crescer e isso é muito importante para a Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Caíto Quintana, nós teremos aqui, é óbvio, outras oportunidades para discutir essa questão da Copel. Presto sempre atenção nas discussões que são apaixonantes, porque muitas vezes essa paixão nos deixa sem a possibilidade de uma análise mais aprofundada e mais racional.

Mas, a questão da Copel, deputado Caíto Quintana, creio e tenho certeza absoluta que é uma questão que extrapola qualquer posicionamento político e colocando, inclusive, nas devidas proporções as suas afirmações, estudando essa questão, hoje mesmo, deputado Caíto Quintana, não é daqui a algum tempo, é hoje, todas as empresas a se instalarem no País, em qualquer lugar, um dos pontos que é importante e o diferencial, quem sabe, já seja na questão da energia.

E nós com relação à Copel não podemos apenas imaginar que a Copel, como disse Vossa Excelência, será privatizada.

É a possibilidade de um projeto de desenvolvimento do Estado, e aí o deputado Cezar Silvestri, faz esta observação, com razão. Se hoje a Copel não faz a ligação no meio rural é porque nós não sabemos quanto de ICMS, quem sabe, o governo do Estado antecipou da Copel! Quanto a Copel ajudou o governo do Estado a investir, quem sabe, em outros investimentos que não fosse este, do meio rural! E no meio rural a energia não é só para iluminar a energia do sujeito: é levar a modernidade e fazer com que o sujeito possa permanecer lá! É premissa básica!

Então, parece-me que o que vai pesar para nós, deputados, aqui, é saber o seguinte: privatizada a Copel, qual será a política de energia elétrica no nosso estado? Será que o projeto vai ter energia a este preço que está tendo? Quais são os reguladores de mercado que teremos, com a Copel privatizada?

Em segundo lugar, deputado Caíto, será que privatizando a Copel não é realmente aquilo que Vossa Excelência colocou, de que aí nós teremos a possibilidade aberta de que outras empresas possam explorar este que é, realmente, um segmento que como dizem os entendidos, hoje, a nível mundial, dizem o seguinte: em primeiro lugar, uma empresa bem administrada, hoje, é uma empresa de energia elétrica. Em segundo lugar, uma empresa mais ou menos administrada e extremamente rentável é uma empresa de energia elétrica. Em terceiro lugar, uma empresa pessimamente administrada e ainda rentável é uma empresa de energia elétrica.

Na verdade, o argumento que se tem para a venda da Copel é um argumento que deve ser debatido, na minha opinião, deputado Caíto, não apenas pelos parlamentares, e sim com a sociedade do Paraná, que deve opinar sobre esta questão da venda desta empresa, que é estratégica.

Gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, que traz muitas informações sobre esta questão.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Gostaria de pedir escusas aos deputados Beraldin, Basílio Zanusso, mas já abusei da bondade do presidente. Sei que ele pretende cumprir o Regimento. Nós voltamos a discutir o assunto em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças PL, PSB, PSC declinam. No horário destinado ao PST, concedemos a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores, nós hoje ocupamos esta tribuna para fazermos uma observação de suma importância, cremos nós, no que trata da tramitação de projetos dentro e fora desta Casa.

Trago aqui um exemplo gritante, de um contrassenso, da contradição, de desinformação e do desconhecimento e da falta de consideração para com esta Casa no tratamento que estamos tendo por parte da secretária de Educação, Alcyone Saliba. Nós trazemos dados e números, senhores deputados, e parecer da própria secretária de Educação, que no próprio parecer demonstra desconhecer do que está se tratando, e assina um documento contradizendo tudo aquilo que ela afirma.

É estarecedor, se produzir um documento deste e enviar para uma Assembléia como a nossa, de deputados preocupados com o futuro e o presente da educação no Estado do Paraná.

Nós enviamos um projeto, senhor deputados, aprovado por esta Assembléia, por unanimidade, que institui a educação do trânsito na escola fundamental. Foi aprovado por unanimidade. Pois bem! O governador, para devidamente aprovar ou vetar o projeto, solicitou da secretária Saliba um parecer técnico. Este parecer, senhoras e senhores, veio com os seguintes dizeres: “que os temas transversais devem ser tratados de acordo com o ambiente”. Por exemplo, na Amazônia, o problema seringa e tal. Aqui, nas grandes cidades, vejam os senhores assinado pela Alcyone Saliba, nas grandes cidades, em muitas cidades onde têm elevadíssimos índices de acidentes, com vítimas no trânsito, o que faz que as suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito, no seu currículo. Vejam bem os senhores: nas cidades onde tem elevado número de acidentes é preciso incorporar ensino de trânsito na escola fundamental. Certo, muito bem. Aqui ela encerra dizendo: aqui no caso não convém porque não temos esse problema, por isso solicito que o senhor governador vete o presente projeto.

E o governador, se louvando no parecer da secretária disse: a negativa da sanção ao projeto de lei, em referência decorre de o mesmo ter sido considerado contrário aos elevados interesse públicos, em particular aos de ensino, conforme o anexo pronunciamento da secretária de Educação, por mim endossado como razões fundamentais do presente veto.

Agora vejam os senhores, pasmem, recebemos do Batalhão de Trânsito de Curitiba, esta semana um relatório dos dados estatísticos dos acidentes acontecidos, no ano de 2.000, na cidade de Curitiba.

Atropelamentos: 1.410; atropelamentos com vítimas, 4.259; total: 5.669 atropelamentos.

Acidentes sem vítimas, atendidos no local: 10.072.

Queixas que sofreram acidentes porém não foram atendidas no local, com queixa no Batalhão 9.846; total: 19.918.

Atropelamentos, mais vítimas, mais acidentes 25.587.

Óbitos: 107; feridos: 7.201.

Faixa etária dos envolvidos em acidentes: 25 a 34 anos.

Só no mês de dezembro de 99 para 2000 houve um aumento de 123% e em todo ano de 99 para 2.000 o aumento foi de 29%.

Bem, senhores se estes dados não são suficientes para criar uma consciência quer é preciso escolaridade, é preciso se ater ao problema de trânsito, é preciso educar, então não sabemos o que podemos fazer.

Vejam, eu quero dizer que, como disse o deputado Algaci Tulio, uma CPI na Secretaria de Educação, não vou a tanto, só acho que nós temos uma secretária que está no lugar errado, todo mundo sabe disso! Nós temos uma secretária que, infelizmente, ela não é do ramo e está induzindo o governador a fazer vetos de projetos, aprovados, de grande alcance social, porque só educando que nós vamos criar uma consciência de cidadão, que saiba de seus direitos e de suas obrigações! Como não instituir um currículo de ensino de trânsito nas escolas de 1º grau de ensino fundamental? Que custo tem isso, a não ser treinar as professoras para ensinar as crianças a atravessar uma rua, a saber diferenciar um sinal de trânsito? Ora, me desculpem, ela mesma disse aqui que é preciso instituir a matéria quando existe o problema e existe o problema! Curitiba é o reflexo de todo o Estado do Paraná, de todo o Brasil!

Então, senhores deputados sinceramente, como disse o deputado Caíto Quintana temos que, com a evolução deste casa, tenho certeza que Vossa Excelência, senhor presidente, está inaugurando uma nova fase, nós precisamos fazer do veto dessa Casa, a arma para que nossa Assembléia se imponha diante dessa realidade. Não podemos aceitar que pessoas que não entendem do ramo fiquem aí tomando conta e conturbando um setor tão importante, que é a educação, no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, só queria fazer um registro. A liderança do PDT não foi chamada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi um equívoco nosso. Está concedido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Gostaria de fazer a seguinte ilustração: o ilustre deputado Cezar Silvestri, do município de Guarapuava falou de uma posição administrativa da Copel. Nós não concordamos com ela.

Na nossa área de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, onde temos o nosso domicílio, juntamente com o deputado Plauto Miró Guimarães, a Copel oferece clik-rural, pagamento em cinco anos dentro da possibilidade de cada produtor rural, principalmente o pequeno tem essa atenção social da Copel. Tem propaganda no rádio, nos jornais e na televisão.

Senhor presidente, o motivo que me leva a usar a liderança do PDT, é que no dia de amanhã, além dos técnicos, além de todos aqueles que têm no peito o amor pela Copel, estará também presente o nosso presidente Friedrich, do PDT, que foi secretário de Estado, que foi presidente do Conselho da Copel, e trará juntamente com as outras pessoas e autoridades, subsídios para que possamos além de defender a Copel, também fazer com que o Paraná conheça a Copel mais por dentro. Aquilo que nesse plenário, os ilustres deputados Caíto Quintana, Iri-neu Colombo e outros se posicionaram, temos a certeza absoluta que a base do governo nesta Casa e, principalmente, o seu líder Durval Amaral haverá de entender que a população do Paraná não deseja, não quer e não pretende vender a Copel, através de seus representantes, que somos nós, os deputados.

Os projetos apresentados, retirando aquela autorização vai fazer valer, não só na palavra do ilustre deputado Tony Garcia, que conosco e outros deputados somam pela não venda da Copel.

Termino, senhor presidente e senhores deputados, dizendo que daqui a uns poucos dias - acho, ilustre deputado Eli Ghellere, nosso companheiro do PDT e deputado Nereu Moura - o governo será defendido por esse lado do plenário. Porque do lado de lá, o plenário, os convidados, a imprensa geral, está aí testemunhando, que realmente o governo vai mal.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

O PMDB também não foi citado e gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Caíto Quintana, além do Horário da Oposição, usou também o Horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor presidente. Concedemos ao deputado Caíto Quintana o Horário da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido.

O SR. NEREU MOURA

Vou ser breve. Apenas quero esclarecer um ponto em relação ao projeto de lei que demos entrada aqui na Casa, visando revogar o Projeto de Lei nº 13/2001, visando revogar a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 98, que trata da alienação nas ações da Copel.

Nós, diferentemente do que disse o deputado Durval Amaral à imprensa, estamos defendendo a Copel nas mãos do governo, não porque não confiamos no governo Jaime Lerner e só isso já bastava, porque de fato não confiamos. Mas o nosso sentimento, deputado Durval Amaral, é diferente desse pensamento neoliberal. Defendemos que a Copel fique nas mãos do governo para sempre - de qualquer governo. Não queremos que o governador Jaime Lerner venda a Copel e não queremos que os próximos governadores do Paraná vendam a Copel. Queremos um casamento para sempre, até que Deus os separe.

Por isso, que fique muito claro: costumamos julgar os outros por aquilo que pensamos. O que defendemos aqui é uma posição séria. E se estivermos, nesta Casa, a partir do próximo governo, a população do Paraná, seja quem for o governo do Paraná, vai ouvir a nossa coerência. Iremos defender que ela é uma empresa de fundamental importância para a nossa economia e para o povo do Paraná. Ela dá lucro. É uma empresa estratégica para o nosso desenvolvimento. Não há nenhuma razão para vender a Copel. Por isso, que fique clara a nossa posição.

Senhor presidente, quero dizer que esse projeto de lei não tem paternidade. Nenhum deputado que subscreveu esse projeto de lei quis fazer média com essa matéria. Os vinte e cinco deputados assinaram espontaneamente esse projeto de lei, nenhum foi coagido, e todos são co-autores do projeto. O projeto de lei não tem autoria individual, é da coletividade dos 25 deputados, quer dizer, não quisemos, nós poderíamos, nós da Oposição que há um ano estamos batendo nesta tecla na defesa da Copel, poderíamos ter colocado aqui este projeto, não quisemos porque ele supera a questão da Oposição e Situação nesta Casa. O que está em jogo aqui é o Paraná, não é a Oposição ou Situação, é por isso que tem deputados dos dois lados aqui defendendo o patrimônio do nosso povo, não querendo que o governo destrua o que possuímos ainda.

Por isso, fique claro a este Plenário e ao Paraná, que na verdade não queremos ter a paternidade desta idéia, porque ela deve ser do povo do nosso Estado, e os deputados que firmaram esse compromisso fizeram de livre e espontânea vontade, porque acredito que têm convicção, como temos de que a Copel deve permanecer nas mãos do governo, do governo do Paraná, não do senhor Jaime Lerner, porque está já em final de mandato, mas de qualquer governador que venha ter a honra de governar o nosso Estado.

Concedo o aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Muito obrigado, nobre deputado Nereu Moura.

Ouçõ atentamente a sua exposição e ela é muito sábia, e não tenho aqui procuração para falar em nome

dos deputados que deram apoio a este projeto, porque a tradição nesta Casa, quando um deputado põe a sua assinatura em um projeto, e ele não se intitula co-autor, que nada mais é do que um apoio para que ele possa tramitar, mas é com muita sabedoria, até porque será uma estratégia ousada da Oposição, tentar colher não só o apoio mas o voto de todos os deputados que assinaram sob pena de irem à execução pública, mas não entendemos desta forma.

A tradição desta Casa tem que ser preservada, os deputados que assinaram, assinaram numa manifestação de apoio - assim esperamos - mas esse não é o essencial, a questão do neoliberalismo, quero só dizer o seguinte: não foi o governo Jaime Lerner que implementou a legislação, a lei para desregular o setor.

É sabido e notório que desde 1955 o setor energético, não só do Brasil, mas do mundo, vem passando por uma grande desregulamentação e desestatização. Assim aconteceu em países de primeiro mundo, em países que têm governo trabalhista, países que têm governo neoliberal, enfim, por vários governos, então não é uma invenção do governador Jaime Lerner, estar no mundo, nem tão pouco no Brasil, porque a partir de 1995, o Partido do PMDB, ao lado do Partido da Frente Liberal, ao lado do Partido do PSDB, estão dando, desde muito antes, apoio ao governo federal que está desregulamentando o setor.

Então, vamos pontuar, não é uma invenção do governo Jaime Lerner. Porque existe aí, por exemplo, o PSDB na Casa, que tem assumido uma postura de ser contrária à privatização da Copel. Um dos primeiros governadores que está desregulamentando e privatizando todo o setor energético é o governador de São Paulo Mário Covas, que é contra, inclusive, o processo de industrialização do Estado do Paraná.

Minas Gerais, a Senic foi privatizada. Das trinta empresas brasileiras do setor energético, passem senhores deputados, vinte e duas empresas já foram privatizadas.

Apenas oito ainda estão sob o controle do Poder Público. Na legislação que seu partido, inclusive, dá sustentação política ao presidente Fernando Henrique Cardoso, impõe ao setor energético brasileiro, prevê a falta de competitividade a todas as energéticas que não privatizarem.

Então veja só, não é uma questão pessoal do governo Jaime Lerner, é conjectura, é a situação nacional, é a desregulamentação do setor.

Por isso nós vamos dar sempre sustentação, para que a nossa Copel, seja preservada. A melhor maneira de preservar a Copel, nesse momento é aliená-la pelo melhor valor de mercado, através de um leilão público.

O SR. NEREU MOURA

O deputado Durval Amaral não está bem informado, em relação à questão energética mundial.

Nos Estados Unidos - berço do neoliberalismo, apenas um Estado privatizou o sistema energético que foi

a Califórnia. Está lá hoje, a bagunça no sistema, naquele Estado, fazendo com que as indústrias, as empresas, estejam mudando para outros países ou para outros Estados.

Na verdade, o que existe de concreto nesta área, é que é um governo que quer na verdade acabar com o patrimônio. O governador Jaime Lerner não se contenta de gastar o dinheiro, ele quer vender o que tem, acabar com o que tem. Parece que ele colocou isso como meta do seu governo.

“Vamos destruir o que o Paraná possui. Depois, de destruí-lo daí eu vou ficar tranqüilo, calmo, porque vendi tudo, acabei com o que o Paraná possuía”.

Isso que alimenta o coração dessa gente que está no governo do Paraná.

A Copel é uma das empresas do Brasil que dá lucro, é a melhor do Brasil. Os índices oficiais indicam que a Copel é a melhor empresa do setor do Brasil. É diferente de outras empresas que não têm usina, que não têm geração, que compram energia elétrica.

A Copel não precisa comprar, ela produz, ela distribui para o Brasil. É diferente.

Se comparar o Paraná com o Rio Grande do Norte, com Piauí, com Sergipe, com outros Estados é uma vergonha. O Paraná produz em abundância, e a Copel dá lucro, é uma empresa que nos orgulha. É por isso que nós iremos defendê-la até a morte, gritando para o Paraná inteiro que não podemos admitir que o governador Jaime Lerner conclua com essa loucura.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerra-se o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com assinatura de 17 senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida - Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 129, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a Preferência para Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 005/01, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Requerimento nº 052, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Orlando Pessuti e demais senhores deputa-

dos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da sessão plenária do dia 20 do corrente mês, em Comissão Geral de Plenária, para discussão e votação da Mensagem Governamental nº 006/01. **Aprovado.**

Requerimento nº 125, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão ordinária, itens nºs 02, 03, 04, 05 e 06. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acrescenta artigo à Seção II, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - acrescenta artigo à Seção II, do Capítulo I, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. ... - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único - O recurso correspondente à dotação orçamentária destinada ao Poder Legislativo será repassado em duodécimos e ser-lhe-á entregue até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso da arrecadação.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio:

Geraldo Cartário, Serafina Carrilho, Edson Strapasson, Nereu Moura, Irineu Colombo, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Antonio Anibelli, Luiz Carlos Zuk, Algaci Tulio, Ademir Bier, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Beraldin, Hidekazu Takayama, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 69/00

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do nobre deputado Caíto Quintana,

tem por objetivo acrescentar artigo à Sessão III, Capítulo I, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná, que trata das atribuições da Assembléia Legislativa do Estado.

Fundamentação

A proposição tem por objetivo assegurar que o recurso correspondente à dotação orçamentária destinada ao Poder Executivo seja repassado em duodécimos e entregue até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso da arrecadação.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão Especial de Reforma à Constituição apresenta o seu Parecer favorável à Proposição nº 69/2000.

Sala das Comissões, em 07.02.2001.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Solicito ao 1º Secretário deputado Valdir Rossoni, que proceda à Chamada Nominal e o acolhimento da votação dos senhores Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à Chamada Nominal**)

(**É procedida a votação nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

39 senhores deputados votaram pela aprovação da Proposição nº 069/2000. **Aprovada. Num interstício de 5 sessões, ela voltará à 2ª votação.**

Requerimento do deputado Ademar Traiano, com assinatura de 25 senhores deputados: "Requer a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral"

Por se tratar de um projeto de interesse de todos os municípios paranaenses, vamos colocar em votação esse requerimento. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, como Vossa Excelência procedeu a inversão de pauta, gostaria de sugerir a Vossa Excelência que este Plenário pudesse decidir sobre a votação dos vetos. Na verdade, o que nós temos aqui são vetos antigos, na sua grande maioria vetos que já não trazem mais o efeito necessário da época em que as leis foram feitas. Confesso que sou completamente contrário à questão de votação de veto em conjunto, mas pela excepcionalidade desses vetos estarem já com a matéria vencida, são vetos antigos da Casa, que nós votemos em blocos os vetos constantes da pauta, porque na verdade acho que todos os parlamentares têm plena consciência que eles já

estão superados pelos tempo e, portanto, é apenas para limpar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No devido momento iremos receber aqui Vossa Excelência e vamos designar um relator.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só lembrando à Mesa que este deputado deu entrada com um requerimento nesse sentido da argumentação do Deputado Caíto Quintana para que essa votação se dê numa só oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consta aqui o requerimento de Vossa Excelência, no devido momento iremos colocar em votação.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de lei nº005/01, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 006/20001, que dispõe sobre a redistribuição da cota estadual do salário-educação entre o Estado e seus municípios de que trata o artigo 15 § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. (**Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001 - Mensagem**).

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 005/2001

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 005/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 06/2001, que regulamenta distribuição da cota estadual do salário-educação entre o Estado e seus municípios.

Convocada esta Comissão Geral de Plenário para proferir parecer sobre a matéria, conclui que a proposição está em conformidade com o que dispõe as Constituições Federal e Estadual, bem como também em relação à legislação Complementar sobre o tema - Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (L.F. 9424/96) e Lei do Salário Educação (L.F. 9766/66).

Portanto, ausentes quaisquer vícios de ordem constitucional, legal ou regimental, é Favorável o parecer desta Comissão Geral de Plenário, na forma da emenda modificativa em anexo, que tem por objetivo viabilizar para os municípios a sua adequação à nova ordem jurídica, através da ampliação de prazo para tanto.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 005/2001

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar o parágrafo 2º do artigo 2º do Projeto de Lei nº 005/2001, conforme segue:

“Art. 2º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Os municípios que ainda não tiverem implantado a totalidade do processo de municipalização das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, até 360 dias após a promulgação desta lei, deverão apresentar, à apreciação da Secretaria de Estado da Educação, projeto de totalização da municipalização, incluindo termos e cronograma de implementação.”

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é resultado de acordo entre lideranças parlamentares e governo do Estado para viabilizar às prefeituras municipais a totalização da municipalização do ensino fundamental através da ampliação de prazo para apresentação do respectivo projeto.

Solicito, designo o deputado Ademar Luiz Traiano para ser o relator do Projeto de Lei nº 05/2001.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Relator**)

Senhor presidente, senhores deputados:

Em acordo estabelecido nesta Casa para todos os líderes partidários com relação ao Projeto nº 05/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 06/2001, que regulamenta a distribuição da cota estadual do salário-educação entre o Estado e seus municípios, passamos a dar o nosso parecer:

Convocada essa Comissão de Plenário para proferir parecer sobre a matéria, conclui que a proposição está em conformidade com o que dispõem as Constituições Federal e Estadual, bem como também em relação à legislação complementar sobre o tema, lei do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério e a lei do salário-educação. Portanto ausentes quaisquer vícios de ordem constitucional, legal ou regimental, é favorável o Parecer desta Comissão Geral de Plenário na forma da Emenda Modificativa, que passamos a ler em seguida, que tem por objetivo viabilizar para os municípios a sua adequação à nova ordem jurídica, através da ampliação do prazo para tanto”.

Este é o parecer. De imediato, já faço a leitura da Emenda Modificativa, senhor presidente, para conhecimento dos senhores parlamentares, uma vez que no prazo inicial estabelecia-se um prazo de 180 dias para que os municípios que ainda não atenderam aos ditames da lei possam se adequar a esta nova situação.

A Emenda Modificativa diz o seguinte:

(Lê Emenda Modificativa)

Esta Emenda, senhor presidente e senhores deputados, foi fruto de ampla discussão entre todas as lideranças partidárias, bem como também foi fruto de uma negociação dos senhores prefeitos municipais com o governo do Estado. Este é o nosso Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o Parecer. Em votação. **Aprovado.**

Queremos alertar os senhores deputados que a Emenda será votada em 2ª discussão. Hoje, estamos votando somente a constitucionalidade do projeto.

Em discussão o Projeto de Lei nº 005/2001. Em votação. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas para fazer justiça à Comissão de Educação da Assembléia, porque nós tivemos aqui na Assembléia três projetos que tratavam do salário-educação e vários aspectos da abordagem da questão salário-educação. Para que todos os senhores deputados compreendam, o salário-educação recolhido das empresas vai ao Ministério da Fazenda, que repassa 1/3 ao Ministério da Educação, 2/3 ao Estado do Paraná. E a lei de dezembro de 98 determinava que 50% deste valor fosse, no mínimo, redistribuído entre o Estado e o município, de acordo com a matrícula no ensino fundamental.

Nós entendemos que o projeto de lei já é um avanço e fruto de uma demanda que os prefeitos têm e pressionaram o governo, corretamente, para ganhar esta questão. Mas, esta Assembléia Legislativa, através da sua Comissão de Educação já produziu vários projetos, e debates que tinham solução para esta causa. É bem verdade que nós queríamos todo o recurso do salário-educação para o ensino fundamental, seja ele da esfera municipal ou estadual. Mas, é fruto, inclusive, de emendas que os nossos deputados da Oposição farão amanhã, de acordo com os debates já produzidos nesta Casa. Em todo caso, achamos que já é um avanço e estaremos votando no projeto, tendo em vista, inclusive, um acordo feito com os senhores prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação. **Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria.

Antes de votarmos o item 2, há um requerimento sobre a mesa, do deputado Basílio Zanusso, pedindo a votação em bloco das Proposições 2, 3, 4, 5 e 6. Em discussão o requerimento.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Nós, excepcionalmente, votaremos a favor deste requerimento, porque os projetos em análise merecem que sejam analisados em bloco. Todavia, nos reservamos

o direito de discordar de decisões idênticas em assuntos que mereçam análise detalhada. Por isso, queremos deixar clara aqui a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento do deputado Basílio Zanusso. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 039/95, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a doar às prefeituras municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais entregues até esta data em regime de comodato. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 005/96

Curitiba, 10 de janeiro de 1996.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 039/95, por julgá-lo desnecessário e, portanto, contrário ao interesse público, pelo fato de tratar de matéria já devidamente regulada pelas Leis nºs 5.406/66 e 7.967/84, que autorizam a doação, aos municípios, de bens do Estado julgados inservíveis ou em desuso no serviço público.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 39/95, encontra-se publicado no D.A. nº 11, de 08.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O projeto de lei em tela, autoriza o Poder Executivo a doar, às prefeituras municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais entregues até esta data em regime de comodato.

Analisando o veto governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 27.02.1996.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 3

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 243/95, de autoria do deputado Walmor Trentini, que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno de xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 074/96

Curitiba, 16 de abril de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 011/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 243/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que substância atóxica, volátil e de odor aversivo será adicionada ao benzeno, ao tolueno e ao xileno puros, aos produtos que contenham estes solventes e aos que utilizem como matéria-prima, no Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

O projeto de lei em causa, inobstantemente ter sido considerada a louvável preocupação do legislador, não pôde merecer acolhimento em face de pronunciamentos expedidos pelas Secretarias de Estado em cujas áreas de atuação o assunto vincula-se, todas entendendo que a matéria, pela forma como está posta, seria de difícil exequibilidade. De tais pronunciamentos destacam-se e abaixo vão transcritos, trechos dos prestados pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que, respectivamente asseveram:

“Assim sendo, esta Secretaria de Estado da Saúde - Sesa, recomenda o não sancionamento da lei, até que haja especificação da substância proposta, com documentação comprovando a ausência de toxicidade.

Sem tal medida, a sua aplicabilidade ficará prejudicada, podendo ainda acarretar transtornos sérios para o governo na relação com as indústrias e os órgãos reguladores da Saúde do Trabalhador.

Entretanto, face à falta de definição consistente e do ponto de vista químico da substância a que se refere o artigo 1º do referido projeto e, levando em consideração o trâmite no Senado Federal de projeto de lei que trata da mesma matéria, somos de parecer contrário à sanção do governador ao assunto em pauta, enquanto as questões acima referidas não forem devidamente equacionadas, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista legal.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 243/95, encontra-se publicado no D.A. nº75, de 22.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 42/96

P A R E C E R :

A presente proposição-veto oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 243/95, do deputado Walmor Trentini, que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação ao prazo, nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 514/95, de autoria do deputado Joel Coimbra. Que autoria o Poder Executivo estadual a empreender estudos e planejamento necessário à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais. Com relatórios da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário.

OF/CTL/SEEG Nº 084/96

Curitiba, 13 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 017/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 514/95, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamentos necessários à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir frontalmente o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação, estrutu-

ração e atribuições de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Vale, ainda, ressaltar que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, analisando o presente projeto de lei, opinou pelo seu desacolhimento, não só pela inconstitucionalidade apontada, mas, também pelo fato de as relações internacionais do Estado estarem sendo plenamente atendidas pelo Centro de Cooperação Internacional daquela Pasta (Decreto nº 897/95) e pela Coordenadoria de Assuntos Internacionais, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico (Decreto nº 958/95), sendo, portanto, totalmente desnecessária a criação de outro órgão para atuação na área.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protesto e elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 514/95, encontra-se publicado no D.A. nº 168, de 28.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 514/95

P A R E C E R :

O presente veto do Excelentíssimo senhor governador do Estado ao Projeto de Lei nº 514/95, de autoria do deputado Joel Coimbra, vem embasado no princípio inconstitucionalidade, calcado no artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual.

Por conseguinte, nos termos da legislação em vigor, o veto está apto a ser analisado pelo plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 18.06.96.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 046/96. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 295/95, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF-CTL/SEEG Nº 091/96

Curitiba, 20 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 208/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 295/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o artigo 1º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná), aumentando o efetivo da Cooperação, conforme especifica.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua flagrante e indiscutível inconstitucionalidade, eis que afronta o mandamento contido no artigo 22, inciso XXI, da Magna Carta da Nação, segundo o qual é de competência privativa da União legislar sobre “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares”. É oportuno e necessário destacar as disposições do Decreto-Lei Federal nº 667, de 02 de julho de 1969 e suas alterações posteriores, as quais estabelecem, como condição essencial e indispensável, para nível de legislação estadual, parecer prévio da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército, a quaisquer propostas de dispositivos que versem sobre normas pertinentes às Polícias Militares, mormente as que, de qualquer forma, impliquem na alteração de seus efetivos.

Por outro lado, vale mencionar que o presente projeto de lei foi submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado e dos órgãos estaduais de segurança, tendo, todos, expendido manifestações contrárias à medida, pela sua total inconstitucionalidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 295/95, encontra-se publicado no D.A. nº 56, de 24.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/95
PROPOSIÇÃO 046/96

Autor: deputado Nelson Justus

Veto de 20.05.96 - Ofício OF/CTL/SEEG nº 091/96.

P A R E C E R :

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existe óbice à normal tramitação da proposição do Veto nº 046/96, aposto ao Projeto de Lei nº 295/95, de autoria do senhor deputado Nelson Justus.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.1996.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 186/95, de autoria dos deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo criar e instalar uma Delegacia Anti-Tóxico na cidade de Pato Branco. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 090/96

Curitiba, 20 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 028/96, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 186/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional. Inobstante essa inconstitucionalidade, vale ressaltar que a pretendida unidade policial já existe por força da Resolução nº 905/Sesp, de 04.09.95.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo par apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/95

Autores: Deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi.
Proposição - 45/96.

VETO de 20 de maio de 1996 - Ofício nº OF/CTL/SEEG/090/96, do Excelentíssimo senhor governador do Estado.

O Veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existe óbice a normal tramitação da proposição do Veto nº 45/96, apostado ao Projeto de Lei nº 186/95 de autoria dos Excelentíssimos senhores deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar uma Delegacia de Anti-Tóxico na cidade de Pato Branco.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/95

Autores: Deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi.
Proposição - 45/96.

VETO de 20 de maio de 1996 - Ofício nº OF/CTL/SEEG/090/96, do Excelentíssimo senhor governador do Estado.

O Veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existe óbice a normal tramitação da proposição do Veto nº 45/96, apostado ao Projeto de Lei nº 186/95 de autoria dos Excelentíssimos senhores deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar uma Delegacia de Anti-Tóxico na cidade de Pato Branco.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Solicito ao 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, que se proceda à chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, só com o intuito de orientar a bancada governista e também a todos os senhores deputados, estamos encaminhando pela manutenção dos vetos que serão apreciados, e os senhores deputados deverão votar sim, haja visto que até já perderam o objeto, como muito bem colocou o deputado Caíto Quintana, e que já deveriam ter sido promulgados aí pelo governador Jaime Lerner, ou mesmo pela Presidência desta Casa.

Como não foi, apenas para limpar a pauta, então pedimos aos senhores deputados para votem sim nessas proposições de veto.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Passo a Primeira Secretaria ao deputado Marcos Isfer.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

Trinta e nove (39) senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)

Trinta e nove (39) senhores deputados votaram.

Designo a Comissão para apurar os votos: deputada Luciana Rafagnin, deputados Eli Ghellere e Custódio da Silva.

Votaram quarenta (40) senhores deputados. Sim: vinte e dois (22). Não: dezoito (18).

Estão mantidos os vetos.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Distrito de João Vieira, com sede e foro no município de Faxinal - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Especial de Demissão Voluntária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de quatro (04), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 097/99 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

O parágrafo único do artigo 1º do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar no âmbito da administração direta e indireta, programa de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

Parágrafo Único - O programa será implantado no segundo ano da data de publicação da presente lei, e terá duração de dois (02) anos.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Eli Ghellere, Antonio Anibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 2º do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O Poder Executivo e os órgãos da administração direta e indireta, oferecerão como incentivo ao pedido de demissão voluntária o valor de até dois (dois) salários nominais por ano trabalhado, aos funcionários ou servidores, no valor de no máximo 40 (quarenta).”

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Eli Ghellere, Antonio Anibelli.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Tem por objetivo a presente emenda, alterar a redação do artigo 6º da proposição de lei, conforme redação a seguir:

“Art.6º - Excluem-se do programa, os servidores ocupantes de cargos em comissão, e aqueles cujas funções sejam diretamente vinculadas à Educação, à Saúde e à Segurança Pública”.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL.

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Miltinho Pupio e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda tem por objetivo preservar a continuidade dos serviços essenciais do Estado.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Acrescente-se onde couber:

“Art. O servidor que aderir ao programa de Demissão Voluntária será beneficiado durante 12 (doze) meses com Plano de Saúde, extensível a seus dependentes, bem como o Programa de Capacitação e Reestruturação Profissional.”

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Eli Ghellere, Nereu Moura, Edson Strapasson, Ademir Bier e Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa dar condições tanto de segurança e saúde, como de novo dimensionamento profissional para aqueles que eventualmente aderirem ao Programa de Demissão Voluntária.

O projeto irá à C.C.J.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 103/99

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da proposta original, dando-lhe nova redação:

“Art.1º - Os jornais com sede no Estado do Paraná, que publicam colunas de classificados com anúncios de

acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, deverão publicar, às expensas dos anunciantes ou não, na mesma página destes anúncios a seguinte advertência: **exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes é crime - disque 0800-99-0500**”.

Sala das Sessões, em 20.02.1001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ademar Traiano, Miltinho Pupio, Plauto Miró Guimarães e Basílio Zanusso.

O projeto será encaminhado à C.C.J..

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk que dispõe sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva ao Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 144/99

A presente emenda supressiva ao Substitutivo Geral da C.C.J. ao Projeto de Lei nº 144/99, tem por objetivo suprimir da proposta original seus artigos 2º e 3º, renumerando o art. 3º, como art. 2º.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Miltinho Pupio, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a independência e harmonia entre os Poderes, não é de boa praxe a imposição de prazo para que o Executivo exerça competência que lhe é privativa, no caso a regulamentar.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal.

O Projeto retorna à C.C.J.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que estabelece critérios

para participação de empresas em certame licitatórios no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. E C.O.. COM EMENDAS DA C.C.J. E C.F.. COM PARECER FAVORÁVEL. **Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

É louvável a preocupação do deputado Irineu Colombo, de regulamentar ainda mais as licitações públicas no Estado do Paraná. Entretanto, nós por amor ao direito e respeito às nossas leis, temos que encaminhar de forma contrária, haja vista que o projeto é flagrantemente inconstitucional, fere o artigo 22, inciso 27, da Constituição Federal, que é matéria de competência privativa da União, e fere também todos os dispositivos previstos na própria de licitações públicas, razão pela qual não nos resta outra alternativa se não sugerir aos nobres deputados que votem contrariamente a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Está em discussão, encerrada a discussão, em votação o projeto ressaltada as emendas.

Os deputados que forem favoráveis ao projeto se mantenham como estão.

O SR. BERALDIN

Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Está rejeitado o projeto.

Proceder-se à verificação de votação solicitada pelo deputado Beraldin.

Os deputados que aprovam o presente projeto queiram levantar-se.

Oito senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte senhores deputados rejeitam o presente projeto.

Está rejeitado.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações de defensoria pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL. **Encerrada a discussão.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F. (**Publ. no D.A. nº 016, de 17.03.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 104/99

P A R E C E R :

Projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional e legal da matéria, e observando que o setor pesqueiro do nosso Estado carece de linha de financiamento para que possa se desenvolver, verificamos que nada obsta à sua tramitação normal, e somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 104/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Após análise da matéria em epígrafe, esta Comissão concluiu, que trata-se de projeto de lei de caráter autorizatório, com elevado teor social, salientando-se que grande parte do potencial pesqueiro do Estado do Paraná não é explorado, devido a ausência de políticas de incentivo ao referido setor.

Em função das informações supra citadas, o nosso parecer é favorável, não havendo óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o projeto do deputado Irineu Colombo visa autorizar o Poder Executivo, criar uma linha especial de financiamento e investimentos para o setor pesqueiro do Estado do Paraná, no que efetivamente a idéia por si só é salutar, é uma idéia boa, mas com toda a certeza o órgão competente para poder fomentar a indústria pesqueira no Estado do Paraná não é o Poder Executivo, não é a administração geral do Estado, e sim a agência de fomento, então, faria um apelo ao deputado Irineu Colombo para que retirasse esse projeto da Ordem do Dia, mas se assim não entender o nobre deputado não nos resta outra alternativa senão votarmos também contrariamente a este projeto do ilustre deputado Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Continua a votação o presente projeto.

Cabe esclarecimentos ao Líder do Governo deputado Durval Amaral, que o presente projeto já sofreu uma alteração de prazo, sendo adiado uma vez. Pelo Regimento não cabe um novo adiamento.

Por isso, o projeto vai à votação.

Os deputados que forem favoráveis ao presente projeto queiram permanecer como estão.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Esta Mesa defere e fará a Verificação de Votação.

Os deputados que aprovam o presente projeto queiram levantar-se.

Quatro (4) senhores deputados aprovam o projeto.

Os deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

Catorze (14) senhores deputados rejeitam o projeto.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar que não há quórum para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

A Verificação de Voto confirmou que não há número suficiente de deputados para a aprovação de projetos.

No entanto, damos a continuidade da Sessão, porque há quórum suficiente.

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2001, de autoria da Comissão Executiva (Mensagem nº 001/2001) referenda o Decreto Legislativo nº 001/2001, de 01.02.2001, que autorizou o senhor governador do Estado do Paraná ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.E. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 01/2001, de 01 de fevereiro de 2001, que autorizou o governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 06 e 12 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de atender convite do Conselho Internacional de Comunidades com Visão social e do Comitê de Prêmios para receber o "ICCC-PIONEER AWARD", (Prêmio Pioneiro ICCC) e, também, proferir palestra na 2ª Conferência Anual "Comunidades Com Visão Social para o Século XXI: Imaginando o Possível", realizada no dia 08 de fevereiro

de 2.001, na Sede da Organização das Nações Unidas - ONU.

Art. 2º - Este decreto legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.2001
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2001

Art. 1º - Fica autorizado, *ad-referendum* do Plenário, o senhor Jaime Lerner governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 06 e 12 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de atender convite do Conselho Internacional de Comunidades com Visão social e do Comitê de Prêmios para receber o "ICCC-PIONEER AWARD", (Prêmio Pioneiro ICCC) e, também, proferir palestra na 2ª Conferência Anual "Comunidades Com Visão Social para o Século XXI: Imaginando o Possível", a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2.001, na Sede da Organização das Nações Unidas - ONU.

Art. 2º - Este decreto legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.2001
(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 127, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente.

Retirado pelo Autor.

Requerimentos nºs 131 e 132, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 051, 053, 054, 058 e 063/96.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 230, 232, 233, 296 e 301/99.

Levanta-se a sessão.